

**14. RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADAS DE 2017  
– MUNICÍPIO DE BRAGA (LEI Nº 73/2013, ARTº. 75º, DE 3 DE  
SETEMBRO):**

Junto se remete para aprovação do Executivo Municipal e posterior apreciação da Assembleia Municipal, o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas de 2017, documento que aqui se dá como reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao Livro de Atas depois de rubricado por todos os membros presentes na reunião.

*Alto da Câmara* *Releitura do Ass.*  
*Municipal.*

*Atas do PS e CDU.*

# Relatório de Contas Consolidadas **2017**



**BRAGA**  
Município

[www.cm-bragapt](http://www.cm-bragapt)

C.M.-Reunião de ~~2018/05/25~~ ~~PS~~

"Deliberando afavorar, Reentore  
a) Assembleia Municipal, Abs-  
tenção do PS e CDU".

f-O-  
A  
H  
B  
m

Esta página ficou propositadamente em branco



**BRAGA**

Cidade autêntica

*[Handwritten signatures and initials in blue and black ink]*

## RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADAS 2017

Praça do Município  
4700-435 Braga  
[www.cm-braga.pt](http://www.cm-braga.pt)  
[municipe@cm-braga.pt](mailto:municipe@cm-braga.pt)



f. Q. 1. 4  
A. 4  
Thy  
P.  
B.  
J  
F.  
m

## Índice Geral

|                                                                                                                       |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. NOTA PRÉVIA.....                                                                                                   | 5  |
| 2. ENQUADRAMENTO LEGAL .....                                                                                          | 7  |
| 3. GRUPO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE BRAGA.....                                                                            | 8  |
| 3.1. TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga, EM.....                                                           | 8  |
| 3.2. AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM.....                                                 | 8  |
| 3.3. BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação da Braga, E.M. ....                                                  | 9  |
| 3.4. Teatro Circo de Braga E.M., S.A.....                                                                             | 9  |
| 3.5. IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M. ....                                                             | 10 |
| 4. ATIVIDADE DESENVOLVIDA – SÍNTESE GLOBAL .....                                                                      | 11 |
| 5. ANÁLISE ECONÓMICA FINANCEIRA CONSOLIDADA.....                                                                      | 17 |
| 5.1. Demonstração de Resultados Consolidados .....                                                                    | 17 |
| 5.1.1. Análise da Estrutura dos Custos .....                                                                          | 18 |
| 5.1.2. Análise da Estrutura dos Proveitos .....                                                                       | 20 |
| 5.2. Análise da Estrutura do Balanço Consolidado.....                                                                 | 22 |
| 5.2.1. Análise da Estrutura do Ativo Consolidado.....                                                                 | 22 |
| 5.2.2. Análise da Estrutura do Passivo e Fundos Próprios Consolidado .....                                            | 24 |
| 5.3. Indicadores de Análise .....                                                                                     | 26 |
| 5.4. Apuramento do Nível de Endividamento do Grupo Municipal.....                                                     | 28 |
| 6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....                                                                        | 30 |
| 7. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS .....                                                             | 34 |
| I - Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas ..... | 34 |
| II - Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada .....                                                     | 37 |
| III - Informações relativas aos procedimentos de consolidação .....                                                   | 37 |
| Não aplicável.IV - Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo.....                                 | 40 |
| V- Informações sobre saldos e fluxos financeiros.....                                                                 | 42 |
| VI- Informações relativas a compromissos .....                                                                        | 42 |
| VII- Informações relativas a políticas contabilísticas .....                                                          | 43 |
| VIII – Informações relativas a determinadas rubricas.....                                                             | 44 |

Handwritten notes in blue ink: "f-o", "A", "prop", and "M".

## Índice de Ilustrações

|                                                                                                |        |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| Quadro 1 - Demonstração de Resultados Consolidados.....                                        | 17     |
| Quadro 2 - Tabela de Variações Absolutas e Variações Relativas dos Custos Consolidados.....    | 18     |
| Quadro 3 - Variações Absolutas e Variações Relativas dos Proveitos dos Proveitos Consolidados  | 20     |
| Quadro 4 - Variação Absoluta e Variações Relativas do Ativo Consolidado .....                  | 23     |
| Quadro 5 - Variação Absoluta e Variação Relativa do Passivo e Fundos Próprios Consolidados ... | 24     |
| Quadro 6 - Rácios de Liquidez .....                                                            | 26     |
| Quadro 7 - Rácios de Solvabilidade .....                                                       | 27     |
| Quadro 8 - Rácios de Endividamento .....                                                       | 27     |
| Quadro 9 - Número Médio de Trabalhadores ao Serviço, Durante o Exercício.....                  | 36     |
| <br>Figura 1- Comparativo da Estrutura de Custos Consolidados.....                             | <br>19 |
| Figura 2 - Comparativo da Estrutura de Proveitos Consolidados .....                            | 21     |
| Figura 3 - Comparativo da Evolução do Ativo Consolidado .....                                  | 23     |
| Figura 4 - Comparativo da Evolução dos Fundos Próprios e Passivo Consolidado .....             | 25     |

Handwritten notes in blue ink: "R.", "B.", and a large signature "M.?" with "mm" below it.

## 1. NOTA PRÉVIA

A prestação de contas está intimamente ligada à transparência e não deve ter como único objetivo responder à pressão da lei, mas, adicionalmente, refletir a obrigação de garantir a transparência no uso dos recursos públicos. A prestação de contas é um dos caminhos da ampliação da cidadania.

Desta feita, a informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, pelas entidades que integram o Grupo Municipal de Braga apesar de suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma entidade, não é, no entanto, suficiente para traduzir de forma verdadeira e apropriada a situação económica e financeira do Grupo como se de uma única entidade se tratasse. Daí, a necessidade de se proceder à consolidação de contas, para que seja possível avaliar o desempenho económico e a situação financeira do Grupo Municipal.

Assim, com este documento, pretende-se alcançar os seguintes objetivos:

- Melhorar o processo de tomada de decisão;
- Potenciar o controlo;
- Melhorar a informação financeira do grupo;
- Implementar políticas e culturas de gestão do grupo;
- Facilitar a comparabilidade temporal e espacial da informação.

Na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, doravante designado por RFALEI) prevê-se, no artigo 75.º, a obrigatoriedade de os Municípios, elaborarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Deste modo, no sentido de avaliar de forma integrada o conjunto de atividades desenvolvidas foram incluídas no perímetro de consolidação do município as seguintes empresas:

- TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.
- Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.
- BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação da Braga, E.M.
- Teatro Circo de Braga E.M., S.A.
- IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M.

Como nota referencial, sublinhamos o facto do Plano Oficial de Contas do Setor Público (POCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de Setembro, não estabelecer os princípios e normas orientadoras subjacentes à consolidação de contas no âmbito do Setor Público. Entretanto, foi publicada a Portaria nº 474/2010, de 1 de Julho, que aprova a orientação nº1/2010, "Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo", que estabelece um regime transitório em que "até à publicação de normas de consolidação de contas, previstas nos planos sectoriais ou de norma única de consolidação de contas aplicável a todas as administrações públicas que compõem o sector público administrativo, devem ser observados os princípios de consolidação de contas estabelecidos" naquela portaria.

Pelo exposto, as contas consolidadas do grupo autárquico cumprem, para além as orientações estabelecidas no diploma identificado no parágrafo anterior, as instruções do SATAPOCAL, de 16 de maio de 2011.

Nos termos do disposto da mencionada portaria, e conforme estabelecido no ponto 5.2 da Orientação n.º 1/2010 (Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo), os documentos de prestação de contas consolidadas, incluem, para além das diversas demonstrações financeiras como balanço e a demonstração de resultados e o respetivo anexo, o relatório de gestão consolidado.

Assim, o relatório de gestão consolidado contém uma breve análise dos principais agregados, uma vez que a análise detalhada já consta das prestações de contas individuais.

Em relação à apresentação do Balanço e da Demonstração de Resultados consolidados, estes foram elaborados tendo por base o método de consolidação integral, para as entidades onde o município exerce controlo, e o Método de Equivalência Patrimonial para as entidades onde exerce influência significativa.



## 2. ENQUADRAMENTO LEGAL

O disposto presente no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (REFAIL), prevê a obrigatoriedade de elaboração de Consolidação de Contas dos Municípios, Entidades Intermunicipais e Entidades Associativas com as entidades detidas ou participadas.

Prevê ainda, o mesmo artigo, a definição de grupo autárquico, sendo este composto pelo município, pelas entidades intermunicipais ou entidades associativas e pelas entidades controladas de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade com a finalidade de beneficiar das suas atividades.

O nº 5 do art.º 75º do REFAIL estipula ainda a existência de controlo quando se verifica, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou resultado:

- a) a faculdade de vetar orçamentos;
- b) a possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
- c) a detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
- d) a capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
- e) a assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade;

Ainda relacionado com a temática abordada, o disposto no n.º7 do art.º 75º do REFAIL, determina quais os documentos que devem fazer parte da prestação de contas consolidadas, compreendendo o relatório de gestão e as demonstrações financeiras abaixo indicadas:

- a) Balanço Consolidado;
- b) Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada;
- c) Mapa de Fluxo de Caixa Consolidados e Operações Orçamentais;
- d) Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, com principal foco na divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação, o mapa de endividamento médio-longo prazo consolidado e o mapa da dívida bruta consolidada, decomposto por maturidade e natureza.

Em suma, e em concordância com os normativos em vigor designadamente o art.º 75º n.º 4 al. b) e a Lei n.º 50/2015, de 31 de Agosto as entidades que constituem o perímetro de Consolidação do Município de Braga podem classificar-se como entidades de Natureza Empresarial.

### 3. GRUPO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE BRAGA

#### 3.1. TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga, EM

A empresa TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga, E. M. (TUB/EM), capital social de 6.250.000,00 €, foi constituída como empresa pública municipal nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, em 10 de Dezembro de 1998, com capitais totalmente detidos pela Câmara Municipal de Braga, tendo sucedido aos Serviços Municipalizados de Transportes (TUB/SM), tendo por objeto principal a prestação de serviço público de transporte coletivo de passageiros na área do Município de Braga.

A sua missão é oferecer soluções de mobilidade e conforto na região, satisfazendo e surpreendendo expectativas dos parceiros envolvidos.

Tem como principais valores: Conforto e Acessibilidade; Informação e Partilha, Património e Tradição; Transparência e Pertença.

A sua Visão é ser reconhecida no domínio da mobilidade urbana integrada, como elemento distintivo na sociedade em termos de identidade coletiva.

A TUB conta atualmente com mais de 340 funcionários, com cerca de 142 viaturas, tendo, em 2017, transportado cerca de 11.659.855 passageiros, atingindo um volume de negócios (vendas e prestação de serviços) próximo dos 6 milhões de euros.

#### 3.2. AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM

A Empresa Pública Municipal Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM surgiu da transformação dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento, em Empresa Pública Municipal no dia 1 de Janeiro de 1999, com o objetivo de melhor servir todos os munícipes do concelho de Braga, quer estes sejam consumidores de água, utentes da rede pública de saneamento, ou utilizadores do serviço público de recolha do lixo.

O Município de Braga iniciou um processo de transformação da AGERE em empresa de capitais maioritariamente públicos, alienando 49% do seu capital. Para o efeito, lançou um concurso público

destinado a selecionar o parceiro privado que, em conjunto com a edilidade, explora a atividade de abastecimento público de água, saneamento e higiene e limpeza do município.

A AGERE-EM tem um capital social no valor de 39.000.000 € - C.R.C. Braga, detido a 100% pela Câmara Municipal de Braga até ao dia 22 de Abril de 2005. Neste dia foi efetuada a venda de 49% do capital social ao consórcio de empresas formado pela ABB, a DST e a BragaParques (GESWATER, SGPS).

A AGERE-EM conta atualmente com mais de 521 funcionários, com mais de 80.000 clientes e uma faturação anual superior a 30 milhões de euros.

### 3.3. BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação da Braga, E.M.

A empresa BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M., capital social de €12 500 000, foi constituída como empresa pública municipal nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, em 21 de Junho de 1999, com capitais totalmente detidos pelo Município de Braga.

A Bragahabit tem como objeto social a promoção e gestão de imóveis de habitação social bem como a gestão de apoios ao arrendamento e a recuperação de habitação degradada, a prestação de serviços na área da educação e ação social.

A Bragahabit conta atualmente com mais de 37 funcionários, gerindo um parque habitacional constituído por 600 habitações e 14 lojas, tendo, em 2017, atingido um volume de negócios (vendas e prestação de serviços) superior a 1 milhão de euros.

### 3.4. Teatro Circo de Braga E.M., S.A.

O Teatro Circo de Braga EM, SA, tem por objeto social a realização de atividades culturais, de acordo com os princípios e as orientações do Município de Braga, para a programação anual do Teatro. A empresa tem um capital social de € 500.000, totalmente detidos pelo Município de Braga.

A empresa conta atualmente com 29 colaboradores, tendo em 2017, realizado um conjunto de 384 atividades para um público total de 94.948 pessoas, tendo atingido um volume de negócios próximo do 1 milhão de euros.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a large '10' and various initials.

### 3.5. IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M.

A empresa IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M. (InvestBraga), com o capital social de 175 000,00 euros, foi constituída como empresa pública municipal, em resultado da transformação dos Serviços Municipalizados do Parque de Exposições de Braga, nos termos da Lei 58/98, de 18 de agosto, em 10 de dezembro de 1998, cujo capital social é detido a 100% pelo Município de Braga, assumindo, na altura a designação de PEB – Empresa Parque de Exposições de Braga – E. M.

Em 28 de fevereiro de 2014, a Assembleia Municipal de Braga aprova a mudança da designação social da empresa municipal PEB – Empresa Parque de Exposições de Braga – E. M. para IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., resultando, posteriormente a alteração dos estatutos da empresa.

A InvestBraga tem como objeto principal a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, por delegação da Câmara Municipal de Braga, através da prossecução de atividades com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais ou estrangeiros.

Os objetivos estratégicos da InvestBraga são:

- a) atrair investimento para Braga, que mantenha e crie emprego;
- b) colocar Braga no radar nacional e internacional do investimento e do empreendedorismo, através do desenvolvimento e da promoção das vantagens competitivas e dos recursos do município;
- c) promover o desenvolvimento e a gestão de uma rede local que integre todos os agentes responsáveis pelo crescimento económico;
- d) atrair empresários e empreendedores nacionais e internacionais;
- e) tornar Braga um pólo atrativo e com um ambiente propício para o estabelecimento de investidores, empresários e Startups;
- f) fomentar a criação de Startups de base científica e tecnológica com elevado potencial de internacionalização

A InvestBraga conta com 33 colaboradores tendo, em 2017, atingindo um volume de negócios próximo dos 855 mil euros.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including a large 'f-O' and several illegible signatures.

#### 4. ATIVIDADE DESENVOLVIDA – SÍNTESE GLOBAL

O presente relatório expõe o exercício de consolidação de contas de todo o Grupo Autárquico do Município de Braga, no período económico de 2017, representando o esforço de todo o universo municipal de prestação de contas e transparência perante os munícipes.

Para conhecer melhor a atividade do município na sua globalidade, será importante a leitura dos relatórios de atividades e de contas do município, já aprovados em sede de Assembleia Municipal, que agora pode ser complementada com este documento.

Relativamente às restantes entidades que compõe o Grupo Autárquico, evidenciam-se os seguintes resultados:

##### **TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M. (TUB)**

Em 2017, os Transportes Urbanos de Braga, continuaram pelo quarto ano consecutivo a aumentar o número de passageiros transportados e o volume de negócios. Conseguiram não só um aumento de 4,4% no número de passageiros transportados (11.659.855 passageiros) mas também um aumento de volume de negócios de 4,7% (o volume de negócios atingiu o valor de 6,2 milhões de euros).

Com efeito, em 2017, comparativamente com o período anterior, foram mais cerca de 500 000 passageiros transportados, fixando-se um novo record num único dia de 52 005 passageiros transportados.

Durante o ano 2017 os TUB melhoraram a oferta e participaram ativamente na vida da Cidade, contribuindo de forma sustentável para a promoção da mobilidade e para a alteração do paradigma da mobilidade em Braga.

Por outro lado, a qualidade do serviço foi tida em consideração, com a admissão de 25 motoristas, criando assim emprego sustentável e sem precaridade. Fora ainda colocados ao longo do ano 2017 14 novas paragens e 2 novos abrigos para aumentar as condições de conforto dos clientes.

De igual modo, iniciou-se em 2017 o processo de aquisição de 31 autocarros elétricos, concretizando a aposta da empresa pela tração elétrica nos transportes públicos.



Em termos de desempenho económico-financeiro, os resultados alcançados em 2017 espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida tendo a empresa alcançado um capital próprio positivo de 228 mil euros, tendo apresentado um resultado líquido positivo de 62 mil euros.

De sublinhar que estes resultados, foram alcançados sem qualquer recurso a qualquer aumento de tarifário. Outrossim foram eliminadas todas as restrições aos titulares de passe de reformado alargando o horário de circulação dos mesmos.

Em suma, os TUB tem vindo a melhorar os seus resultados evidenciando não só o seu crescimento como também uma maior sustentabilidade do seu negócio. Mantendo a sua matriz de coesão territorial, servindo as 37 freguesias do concelho de Braga com 74 linhas regulares operadas por sua vez por 142 viaturas que percorrem quase 6 milhões de quilómetros.

#### **Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. (AGERE)**

Em 2017, a AGERE apresenta uma situação económica e financeira que reflete uma boa performance da empresa em geral, num quadro de crescimento moderado da atividade (ano especialmente seco), alcançando um RLE de 6,2 milhões de euros e um EBITDA de 14,7 milhões de euros o qual foi alcançada essencialmente através da implementação de uma política de redução de custos. Assim, apesar dos novos e ambiciosos projetos realizados, a AGERE tem conseguido manter os seus rácios financeiros acima da média, com a estabilização do rácio de autonomia financeira em 54%.

O ano de 2017 ficou marcado, pela primeira vez na história da empresa, por uma redução do tarifário em 2,5%. Para além da descida dos valores dos serviços de água e saneamento a tarifa de resíduos sólidos dos utilizadores não domésticos reduziu 5% em manteve-se inalterada para os utilizadores domésticos o que acontece desde de 2014.

Durante o ano 2017, destaca-se ainda, a aposta que a AGERE no sentido de se tornar uma referência em termos nacionais a nível de telemetria e telegestão. Neste sentido, foram instalados cerca de 2,1 mil contadores com telemetria, perfazendo um total de 53 mil e perspetivando aumentar o recurso a esta tipologia de equipamentos.

Em 2017, a AGERE registou um rácio de água não faturada de apenas 13,9%, o que coloca a empresa num patamar de excelência ao nível da redução das perdas de água.

A ERSAR em 2017, divulgou um estudo benchmarking que coloca novamente a água da rede pública de Braga entre as mais baratas dos país e entre as que tem maior qualidade, apontando ainda, o serviço de distribuição como um dos mais eficientes.

É ainda de destacar a conclusão da obra de instalação de equipamentos e fases de tratamento adicionais na ETAR de Frossos que assegurará a redução do impacto na zona hídrica sensível e sobre a população existente nas imediações, através da implementação de diversas medidas mitigadoras do impacto.

Foram submetidas e aprovadas 15 candidaturas a apoios comunitários, no âmbito do POSEUR, para a execução de ampliações de redes de abastecimento de água (7,5 km) de drenagem de águas residuais (37,8 km).

#### **Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. (Bragahabit)**

A BragaHabit desempenha uma função primordial no apoio aos cidadãos mais desfavorecidos, nomeadamente através dos apoios à habitação. Durante o ano de 2017 deram entrada na Bragahabit 579 pedidos de apoio à habitação, correspondendo a uma subida de 75% quando comparado com os do ano anterior.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística as rendas sociais cobradas em Braga caíram abaixo da média nacional. Em 2012 a renda média era a mais alta entre os 26 concelhos do Minho, passando para o segundo mais baixo em 2017.

Em 2017, foram concluídos os projetos de reabilitação e regeneração dos bairros sociais de habitação da DS. Tecla e Enguardas, projetos que deram origem à apresentação de candidatura ao apoio financeiro comunitário Norte2020.

Regista-se também a demolição do bairro da ponte dos Falcões e a alienação do respetivo terrenos à empresa municipal de Transportes Urbanos de Braga.

O ano 2017 ficou ainda marcado pela concretização do projeto de informatização geral da Bragahabit, com a adjudicação à empresa vencedora do concurso público para a criação e implementação de um Sistema de Gestão de Informação Integrada na Bragahabit, que irá modernizar os serviços desta empresa municipal, visando a diminuição de erros, a maximização da

eficácia dos serviços e garantia de uma maior eficiência na diminuição das necessidades dos mais desfavorecidos.

A Bragahabit, no decorrer do ano 2017, continuou a responder positivamente à prestação de serviços de apoio socioeducativos, designadamente no apoio efetuado aos pais na receção dos seus filhos, na ocupação dos seus tempos livres e no serviço de refeições e qualidade.

Ao nível do desempenho económico e financeiro, a Bragahabit apresenta em 2017 um resultado líquido negativo de 908 mil euros. Porém, este resultado não é comparável com os anos anteriores uma vez que incorpora situações extraordinárias e não repetíveis, designadamente referente à venda do terreno à empresa municipal TUB, e a doação ao Município de Braga do bloco habitacional de Sta. Tecla, que teve que ser incorporado no património da autarquia para efeitos de concurso aos apoios do Norte 2020.

Assim, excluindo as operações extraordinárias mencionadas no parágrafo anterior, os resultados anuais de Bragahabit apresentariam um valor positivo de cerca de 64 mil euros.

#### **Teatro Circo de Braga, E.M., S.A. (Teatro Circo)**

Estabilidade e consolidação foram as palavras-chave para o ano 2017 no Teatro Circo. Após três anos fortemente condicionados por um processo de validação externa da sustentabilidade da empresa, obrigando a restrições no desenvolvimento regular da sua atividade, 2017 marca o início de um novo ciclo.

Fruto desta estabilidade e consolidação financeira, o Teatro Circo pôde, finalmente, estabelecer compromissos de mais longo prazo com os agentes nacionais e internacionais, assumindo alguns projetos em coprodução, arriscando em produções mãos onerosas e conseguindo responder a exigências de iniciativas mais complexas que resultaram na apresentação de eventos únicos nesta sala de espetáculos, enriquecendo o programa cultural e prestando um melhor serviço público à população da cidade de Braga.

Este maior dinamismo refletiu-se também ao nível do serviço educativo que cresceu em quantidade e qualidade, apresentando uma programação mais regular e experimentando novas ações e formatos de trabalho com os públicos.

Este novo período de estabilidade permitiu também iniciar um percurso de reformulação e otimização da gestão interna do Teatro Circo, designadamente, ao nível dos procedimentos, recursos humanos e equipamentos.

Em termos económico-financeiro, o ano 2017, foi de igual modo notável para o Teatro Circo. Encerrou com resultado positivo (37 mil euros), reduziu o passivo ao mínimo registado desde a reabertura com um financiamento bancário próximo do zero, apresentando ainda excedentes e tesouraria.

#### **InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica de Braga, E.M. (InvestBraga)**

A InvestBraga, criada por este executivo como agência para a dinamização económica do concelho, consolidou-se em 2015 e é hoje considerada um sucesso na captação de investimento e atratividade para Braga, sendo a sua atividade reconhecida como uma mais-valia.

No decurso do ano de 2017, a área de dinamização económica e de atração de investimento da InvestBraga recebeu investidores promotores de mais de 102 projetos de investimento, dos quais acompanhou e apoio 99 projetos em diversos setores de atividade.

Do total dos projetos trabalhados, 25 são de origem internacional. São maioritariamente projetos de média e grande dimensão, de base industrial e do setor dos serviços.

Os restantes 74 projetos são de origem local e nacional. São projetos de diferentes dimensões e desenvolvem-se em múltiplos setores de atividade.

Os serviços prestados pela InvestBraga no decurso de 2017 foram muito diversos, visando responder às necessidades dos investidores, nomeadamente no âmbito do Espaço do Investidor, sendo que no decurso do ano foram realizados 102 atendimentos a potenciais investidores.

No âmbito da diplomacia económica entre Braga e outros países, em 2017, foram organizadas visitas a Braga de 10 Embaixadores estrangeiros em Portugal.

Com o objetivo de promover os casos de sucesso empresarial existentes na região, em 2017, a InvestBraga organizou 4 visitas a empresas da região.

No âmbito da estratégia +Indústria, em 2017 foi assinado o protocolo entre a InvestBraga, o Município de Braga, a AlMinho e diversas empresas do concelho com o objetivo de definir um modelo de gestão para o Parque Industrial de Sobreposta.

No ano 2017, a Startup Braga recebeu mais de 100 candidaturas para os programas em vigor e recebeu mais de 3000 participantes nas mais de 600 horas de eventos, workshops e sessões de formação desenvolvidos.

Ao nível das feiras, congressos e eventos, o ano 2017 foi significativamente marcado pelo arranque das obras de requalificação e modernização do Parque de Exposições de Braga, com a consequente indisponibilidade de instalações.

Em termos financeiros, o exercício 2017 encerra com um resultado negativo em cerca de 232 mil euros, como resultado extraordinário, por um lado, da quebra da atividade da Unidade de Ferias, Congressos e Eventos marcado pelo início das obras de reabilitação das instalações, e pro outro lado, pela aumento dos encargos com alugueres de instalações, policiamento da feira semanal e outros.



## 5. ANÁLISE ECONÓMICA FINANCEIRA CONSOLIDADA

A presente análise foi elaborada tendo em conta a situação patrimonial do Grupo Público do Município de Braga, reportada a 31 de Dezembro de 2017.

### 5.1. Demonstração de Resultados Consolidados

No que respeita à atividade desenvolvida ao longo do ano económico, verificou-se que o Grupo Municipal gerou um total de Custos no montante de 121 milhões de euros e de Proveitos no valor de 127 milhões de euros, obtendo-se um Resultado Líquido do Exercício sem os interesses minoritários 2,882 milhões de euros.

Quadro 1 - Demonstração de Resultados Consolidados

|                                                       | 2016               | 2017               |
|-------------------------------------------------------|--------------------|--------------------|
| <b>Custos e Perdas</b>                                |                    |                    |
| CMVMC                                                 | 3 216 577          | 3 751 537          |
| FSE                                                   | 33 303 693         | 35 263 862         |
| Pessoal                                               | 42 399 681         | 43 653 617         |
| Transferências e subsídios                            | 9 780 757          | 9 534 808          |
| Amortizações do exercício                             | 20 019 880         | 19 758 965         |
| Provisões                                             | 1 428 015          | 1 452 398          |
| Outros custos operacionais                            | 2 617 496          | 2 858 057          |
| Custos e perdas financeiros                           | 879 034            | 796 402            |
| Custos e perdas extraordinários                       | 6 352 524          | 3 611 930          |
| <b>TOTAL DE CUSTOS E PERDAS</b>                       | <b>119 997 657</b> | <b>120 681 578</b> |
| <b>Proveitos e Ganhos</b>                             |                    |                    |
| Vendas e prestações de serviços                       | 42 493 266         | 39 394 502         |
| Impostos e taxas                                      | 44 268 422         | 48 536 792         |
| Proveitos Suplementares                               | 160 311            | 198 146            |
| Transferências e subsídios correntes obtidos          | 29 588 747         | 30 191 474         |
| Trabalhos para a própria entidade                     | 1 582 419          | 709 388            |
| Outros proveitos operacionais                         | 0                  | 80 173             |
| Proveitos e ganhos financeiros                        | 308 221            | 3 225 587          |
| Proveitos extraordinários                             | 6 174 686          | 4 285 577          |
| <b>TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS</b>                    | <b>124 576 072</b> | <b>126 621 638</b> |
| <b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>                 | <b>4 578 415</b>   | <b>5 940 060</b>   |
| Interesses minoritários                               | -2 891 411         | -3 057 596         |
| <b>RESULTADO LÍQUIDO APÓS INTERESSES MINORITÁRIOS</b> | <b>1 687 004</b>   | <b>2 882 465</b>   |

### 5.1.1. Análise da Estrutura dos Custos

O quadro infra reflete os custos incorridos pelo grupo nos anos de 2016 e 2017 e respetivas variações absolutas e relativas.

Quadro 2 - Tabela de Variações Absolutas e Variações Relativas dos Custos Consolidados

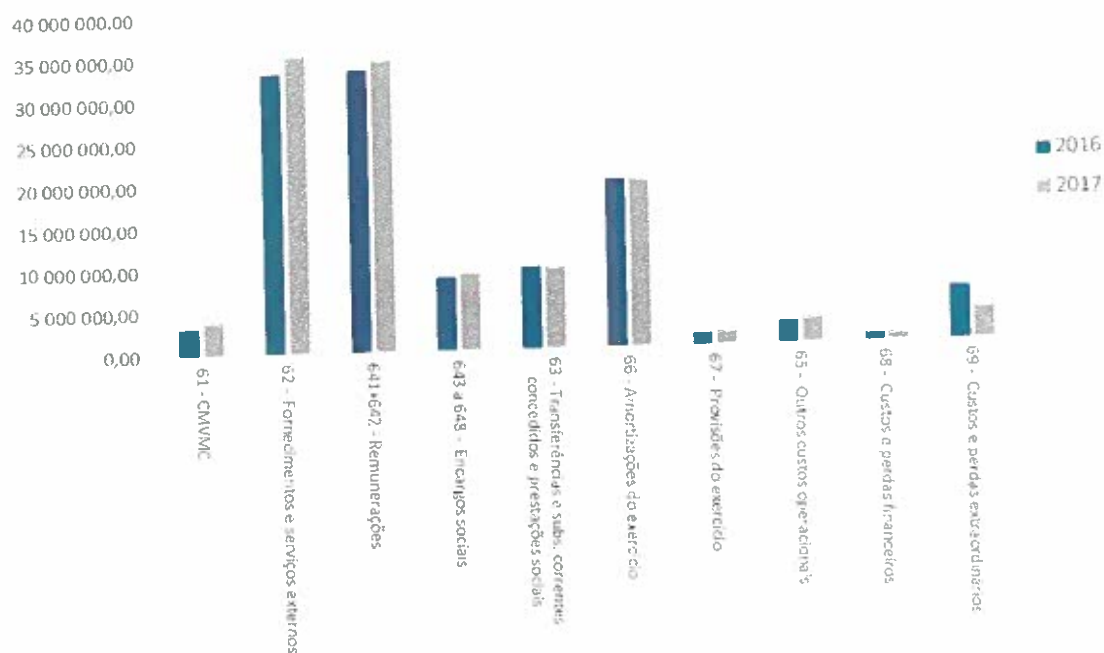
| Descrição                                                             | 2016               | 2017               | Peso           | Variação 2017/2016 | Variação 2017/2016% |
|-----------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------------|----------------|--------------------|---------------------|
| 61 - CMVMC                                                            | 3 216 577          | 3 751 537          | 3,11%          | 534 960            | 16,63%              |
| 62 - Fornecimentos e serviços externos                                | 33 303 693         | 35 263 862         | 29,22%         | 1 960 169          | 5,89%               |
| 64 - Custo com o pessoal                                              | 42 399 681         | 43 653 617         | 36,17%         | 1 253 936          | 2,96%               |
| 63 - Transferências e subs. Correntes concedidos e prestações sociais | 9 780 757          | 9 534 808          | 7,90%          | -245 949           | -2,51%              |
| 66 - Amortizações do exercício                                        | 20 019 880         | 19 758 965         | 16,37%         | -260 914           | -1,30%              |
| 67 - Provisões do exercício                                           | 1 428 015          | 1 452 398          | 1,20%          | 24 383             | 1,71%               |
| 65 - Outros custos operacionais                                       | 2 617 496          | 2 858 057          | 2,37%          | 240 560            | 9,19%               |
| 68 - Custos e perdas financeiros                                      | 879 034            | 796 402            | 0,66%          | -82 633            | -9,40%              |
| 69 - Custos e perdas extraordinários                                  | 6 352 524          | 3 611 930          | 2,99%          | -2 740 594         | -43,14%             |
| <b>Total</b>                                                          | <b>119 997 657</b> | <b>120 681 578</b> | <b>100,00%</b> | <b>683 920</b>     | <b>0,57%</b>        |

Como verificamos da análise do quadro acima, das oscilações entre os períodos homólogos (2016-2017), realça-se os seguintes pontos:

- (i) **a diminuição dos custos extraordinários na ordem dos 2,7 milhões de euros** - justificado pelo fato de no exercício anterior estarem refletidos o custo associado à doação de terrenos ao SCBraga, refletido nas demonstrações financeiras individuais do município;
- (ii) **o crescimento de 1,96 milhões de euros registado na rubrica de fornecimentos e serviços externos** – que resulta dos efeitos contabilizados nas demonstrações financeiras individuais do município;
- (iii) **o aumento dos custos com o pessoal em 1,3 milhões de euros** - este crescimento é justificado pela atualização do salário mínimo nacional e respetivos encargos sociais, pela reversão da sobretaxa e, no caso do município, pelo aumento do número de colaboradores.

De forma a permitir uma análise visualmente mais facilitadora é apresentado a figura seguinte que ilustra a evolução comparativa dos custos consolidados.

Figura 1- Comparativo da Estrutura de Custos Consolidados



### 5.1.2. Análise da Estrutura dos Proveitos

Por comparação com o período homólogo, o grupo municipal regista em 2017 um aumento global dos seus proveitos em 2 milhões de euros, o que significa, em termos percentuais, um aumento de 1,64%.

Quadro 3 - Variações Absolutas e Variações Relativas dos Proveitos dos Proveitos Consolidados

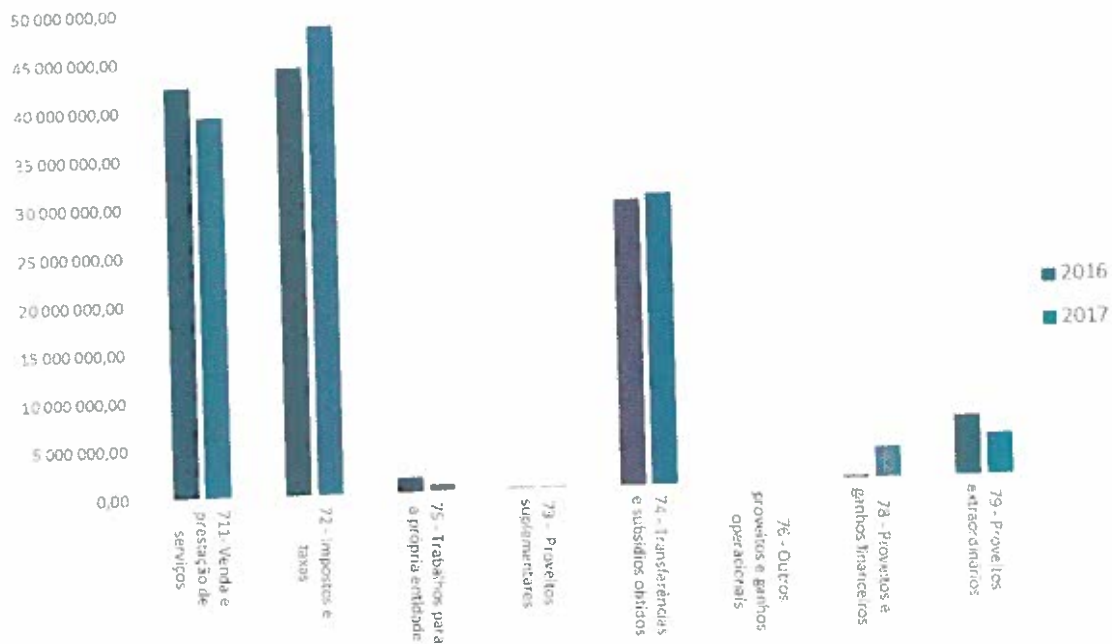
| Descrição                                   | 2016               | 2017               | Peso           | Variação 2017/2016 | Variação 2017/2016 % |
|---------------------------------------------|--------------------|--------------------|----------------|--------------------|----------------------|
| 7111 - Venda de mercadorias                 | 9 721              | 0                  | 0,00%          | -9 721             | -100,00%             |
| 7112+7113 - Venda de produtos               | 7 730 095          | 8 005 176          | 6,32%          | 275 081            | 3,56%                |
| 712 - Prestações de serviços                | 34 753 450         | 31 389 326         | 24,79%         | -3 364 124         | -9,68%               |
| 72 - Impostos e taxas                       | 44 268 422         | 48 536 792         | 38,33%         | 4 268 370          | 9,64%                |
| 75 - Trabalhos para a própria entidade      | 1 582 419          | 709 388            | 0,56%          | -873 031           | -55,17%              |
| 73 - Proveitos suplementares                | 160 311            | 198 146            | 0,16%          | 37 835             | 23,60%               |
| 74 - Transferências e subsídios obtidos     | 29 588 747         | 30 191 474         | 23,84%         | 602 727            | 2,04%                |
| 76 - Outros proveitos e ganhos operacionais | 0                  | 80 173             | 0,06%          | 80 173             | 0,00%                |
| 78 - Proveitos e ganhos financeiros         | 308 221            | 3 225 587          | 2,55%          | 2 917 366          | 946,52%              |
| 79 - Proveitos extraordinários              | 6 174 686          | 4 285 577          | 3,38%          | -1 889 109         | -30,59%              |
| <b>Total</b>                                | <b>124 576 072</b> | <b>126 621 638</b> | <b>100,00%</b> | <b>2 045 566</b>   | <b>1,64%</b>         |

A variação verificada resulta do comportamento das seguintes rubricas:

- (i) o aumento na rubrica de impostos e taxas, na proporção de 4,3 milhões de euros – é explicado pela variação ocorrida nas demonstrações financeira da entidade-mãe, designadamente por uma maior arrecadação de receita de IMT (+2,8 milhões de euros) e IMI (+830 mil euros) bem como dos impostos indiretos (+ 603 mil euros), em consequência do maior dinamismo da atividade económica registada no exercício;
- (ii) a diminuição na rubrica prestações de serviços em 3,4 milhões de euros e o aumento de 2,9 milhões de euros nos proveitos e ganhos financeiros – resulta da variação contabilizada nas demonstrações financeiras individuais do município, nomeadamente, na reclassificação da natureza do proveito, concessão da EDP, que deixou de ser contabilizado na conta de prestação de serviços, passando em 2017 para proveitos financeiros;
- (iii) a diminuição na rubrica de proveitos extraordinários de 1,9 milhões de euros - resulta dos efeitos contabilizados nas demonstrações financeiras individuais do município.

A figura seguinte ilustra a evolução comparativa dos proveitos consolidados do grupo.

Figura 2 - Comparativo da Estrutura de Proveitos Consolidados



Finalizada a análise à estrutura de custos e proveitos pode concluir-se que a evolução é bastante positiva, uma vez que os proveitos são bastante superiores aos custos originando um resultado líquido do exercício após interesses minoritários de 2.882.464,91€.



## 5.2. Análise da Estrutura do Balanço Consolidado

Através da análise do balanço é possível analisar a situação financeira do grupo municipal a 31 de Dezembro de 2017, conforme determinam as normas de consolidação de contas autárquicas. Assim, os quadros abaixo refletem a estrutura e a evolução patrimonial deste Município nos exercícios de 2016 e 2017.

|                                           | 2016               | 2017               |
|-------------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Imobilizado                               | 577 424 775        | 595 358 808        |
| Existências                               | 799 083            | 853 397            |
| Dívidas de terceiros                      | 12 046 885         | 9 753 627          |
| Disponibilidades                          | 7 976 245          | 5 559 840          |
| Acréscimos e diferimentos                 | 32 712 217         | 33 688 928         |
| <b>ACTIVO</b>                             | <b>630 959 205</b> | <b>645 214 600</b> |
| Património                                | 189 434 336        | 191 459 843        |
| Ajustamentos em partes de capital         | 4 863 534          | 5 147 643          |
| Reservas                                  | 36 473 404         | 37 837 310         |
| Resultados transitados                    | 179 046 968        | 182 918 783        |
| Resultado líquido do exercício            | 1 687 004          | 2 882 465          |
| Interesses minoritários                   | 28 526 023         | 29 603 474         |
| <b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>                    | <b>440 031 270</b> | <b>449 849 518</b> |
| Provisões para riscos e encargos          | 1 663 233          | 12 180 845         |
| Dívidas a terceiros - médio e longo prazo | 85 105 463         | 70 515 100         |
| Dívidas a terceiros - curto prazo         | 26 749 383         | 33 063 854         |
| Acréscimos e diferimentos                 | 77 409 856         | 79 605 283         |
| <b>PASSIVO</b>                            | <b>190 927 935</b> | <b>195 365 082</b> |
| <b>FUNDOS PRÓPRIOS + PASSIVO</b>          | <b>630 959 205</b> | <b>645 214 600</b> |

### 5.2.1. Análise da Estrutura do Ativo Consolidado

O presente quadro apresenta o desmembramento do Ativo nas subcontas que o compõem e respetivos valores nos anos de 2016 e 2017, permitindo elaborar uma análise à sua evolução.

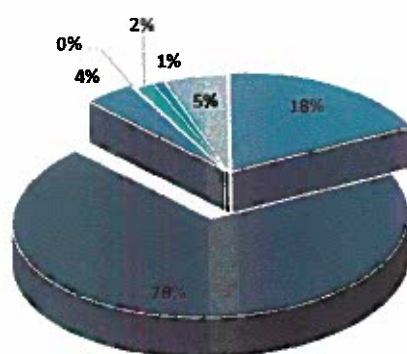
Quadro 4 – Variação Absoluta e Variações Relativas do Ativo Consolidado

| Descrição                                     | 2016               | 2017               | Peso           | Variação 2017/2016 | Variação 2017/2016 % |
|-----------------------------------------------|--------------------|--------------------|----------------|--------------------|----------------------|
| Bens de domínio público                       | 117 510 117        | 119 048 029        | 18,45%         | 1 537 912          | 1,31%                |
| Imobilizações Incorpóreas                     | 0                  | 0                  | 0,00%          | 0                  | 0,00%                |
| Imobilizações Corpóreas                       | 433 232 178        | 449 904 156        | 69,73%         | 16 671 978         | 3,85%                |
| Investimentos Financeiros                     | 26 682 480         | 26 405 622         | 4,09%          | -275 858           | -1,03%               |
| Existências                                   | 799 083            | 853 397            | 0,13%          | 54 314             | 6,80%                |
| Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazos   | 0                  | 0                  | 0,00%          | 0                  | 0,00%                |
| Dívidas de Terceiros - Curto Prazo            | 12 046 885         | 9 753 627          | 1,51%          | -2 293 257         | -19,04%              |
| Títulos Negociáveis                           | 0                  | 0                  | 0,00%          | 0                  | 0,00%                |
| Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa | 7 976 245          | 5 559 840          | 0,86%          | -2 416 405         | -30,30%              |
| Acréscimos e diferimentos                     | 32 712 217         | 33 688 928         | 5,22%          | 976 711            | 2,99%                |
| <b>Total</b>                                  | <b>630 959 205</b> | <b>645 214 600</b> | <b>100,00%</b> | <b>14 255 395</b>  | <b>2,26%</b>         |

Relativamente às rubricas que constituem o Ativo Consolidado do Grupo, verificamos em 2017 um aumento de 2,26%, face ao mesmo período do ano passado, manifestado por um acréscimo efetivo de 14,3 milhões de euros.

Numa análise mais detalhada, verificamos que a rubrica de imobilizações corpóreas foi a que mais influenciou a variação ocorrida, com um aumento de 16,7 milhões de euros, em resultado do forte investimento registado nas demonstrações financeiras individuais do município.

Figura 3 - Comparativo da Evolução do Ativo Consolidado



- Bens de domínio público
- Imobilizações Corpóreas
- Investimentos Financeiros
- Existências
- Dívidas de Terceiros - Curto Prazo
- Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa
- Acréscimos e diferimentos

### 5.2.2. Análise da Estrutura do Passivo e Fundos Próprios Consolidado

À semelhança das rubricas analisadas anteriormente, também a Estrutura de Fundos Próprios e Passivo registou um acréscimo no ano de 2017, ascendendo a um valor de cerca de 14,3 milhões de euros, evidenciado por uma variação relativa positiva de 2,26%.

Quadro 5 – Variação Absoluta e Variação Relativa do Passivo e Fundos Próprios Consolidados

| Descrição                                 | 2016               | 2017               | Peso           | Variação 2017/2016 | Variação 2017/2016 % |
|-------------------------------------------|--------------------|--------------------|----------------|--------------------|----------------------|
| Fundos Próprios                           | 440 031 270        | 449 849 518        | 69,72%         | 9 818 248          | 2,23%                |
| Provisões para riscos e encargos          | 1 663 233          | 12 180 845         | 1,89%          | 10 517 612         | 632,36%              |
| Dívidas a Terceiros - Médio e longo prazo | 85 105 463         | 70 515 100         | 10,93%         | -14 590 363        | -17,14%              |
| Dívidas a Terceiros - Curto Prazo         | 26 749 383         | 33 063 854         | 5,12%          | 6 314 471          | 23,61%               |
| Acréscimos e Diferimentos                 | 77 409 856         | 79 605 283         | 12,34%         | 2 195 428          | 2,84%                |
| <b>Total</b>                              | <b>630 959 205</b> | <b>645 214 600</b> | <b>100,00%</b> | <b>14 255 395</b>  | <b>2,26%</b>         |

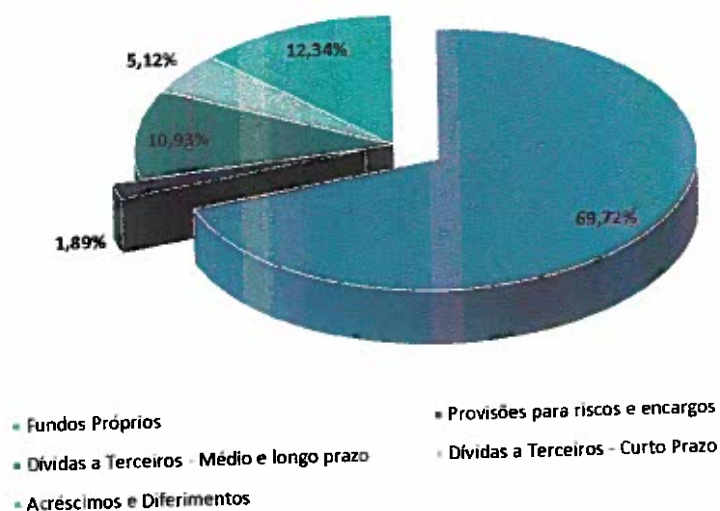
Relativamente aos **Fundos Próprios** registou em 2017 uma variação relativa de 2,23%, originando um aumento em termos absolutos de 9,8 milhões de euros. A explicação reside principalmente nas demonstrações financeiras individuais do município, resultado da variação positiva ao nível dos Resultados Transitados, de 5,6 milhões de euros, das Reservas em 1,4 milhões de euros e no Património em 2 milhões de euros. Esta última justifica-se pelo registo efetuado no exercício de 2017 do Mercado Municipal, em virtude do processo de inventariação do município não estar ainda concluído.

Relativamente às **dívidas de médio e longo prazo**, a variação verificada (-14,6 milhões de euros) reflete essencialmente, na ausência de contratação de novos financiamentos, o cumprimento do serviço da dívida.

A rubrica de **dívidas a terceiros de curto prazo** apresenta uma variação positiva de 6,3 milhões de euros, explicada essencialmente pelas contas do município, também em consequência do volume de investimento executado no exercício.

Em termos percentuais, verificamos que os Fundos Próprios representam 70%, sendo que os acréscimos e diferimentos representam 12% e as dívidas a terceiros de médio e longo prazo 11%.

Figura 4 - Comparativo da Evolução dos Fundos Próprios e Passivo Consolidado





### 5.3. Indicadores de Análise

Os indicadores de liquidez permitem analisar o equilíbrio entre as aplicações e obrigações, por outras palavras, avaliam a capacidade do grupo fazer face aos seus compromissos de capital próprio. No exercício económico de 2017, estes indicadores apresentam uma evolução menos favorável, com especial relevo para o rácio de liquidez imediata (restringe ainda mais o conceito de ativos líquidos, cingindo-se às disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo do grupo) que apresenta uma variação negativa em 0,027 p.p. O grupo municipal ainda não possui em meios líquidos o montante necessário para fazer face as despesas imediatas.

Por outro lado, através do quadro seguinte é ainda possível verificar que o ativo circulante (49,9 milhões de euros) é inferior ao passivo circulante (112,67 milhões de euros), originando um rácio de Liquidez Geral de 0,442.

Quadro 6 – Rácios de Liquidez

| Rácios e Indicadores de Liquidez | 2016           | 2017           |
|----------------------------------|----------------|----------------|
| Ativo Circulante                 | 53 534 429,72  | 49 855 792,35  |
| Passivo Circulante               | 104 159 238,94 | 112 669 137,44 |
| <b>Liquidez Geral (LG)</b>       | <b>0,514</b>   | <b>0,442</b>   |
| Ativo Circulante-Existências     | 52 735 346,34  | 49 002 395,24  |
| Passivo Circulante               | 104 159 238,94 | 112 669 137,44 |
| <b>Liquidez Reduzida (LR)</b>    | <b>0,506</b>   | <b>0,435</b>   |
| Meios Financeiros Líquidos       | 7 976 245,04   | 5 559 839,85   |
| Passivo Circulante               | 104 159 238,94 | 112 669 137,44 |
| <b>Liquidez Imediata (LI)</b>    | <b>0,077</b>   | <b>0,049</b>   |

Para o cálculo da Autonomia Financeira, utilizamos o quociente entre os Fundos Próprios e o valor total do Ativo. Mais se acrescenta que este rácio pode variar dependendo da política económica utilizada pelo grupo. O valor referente aos anos de 2016 e 2017 permite-nos concluir que o grupo financia maioritariamente o seu ativo recorrendo a fundos próprios.

Podemos destacar que o rácio de autonomia financeira de 2016 para 2017 se mantém inalterável, no entanto deverá manter-se uma política económica mais conservadora com a vista à redução do seu endividamento.

Relativamente ao rácio de solvabilidade, o grupo apresenta um relativo equilíbrio visto que os fundos próprios são superiores aos capitais alheios.



Quadro 7 – Rádios de Solvabilidade

| Rádios de Solvabilidade                   | 2016   | 2017   |
|-------------------------------------------|--------|--------|
| Autonomia Financeira                      | 69,74% | 69,72% |
| Rácio de Solvabilidade                    | 2,30   | 2,30   |
| Rácio de Solvabilidade Reduzida           | 5,07   | 5,44   |
| Rácio do Passivo sobre os Fundos Próprios | 43,39% | 43,43% |

No que respeita ao rácio do Passivo sobre os Fundos Próprios é nos possível concluir que o grupo tem reduzido de forma gradual o seu nível de endividamento, podendo esta conclusão ser reforçada pelo rácio de autonomia financeira.

Quadro 8 – Rádios de Endividamento

| Rádios de Endividamento                    | 2016   | 2017   |
|--------------------------------------------|--------|--------|
| Rácio de Endividamento                     | 30,26% | 30,28% |
| Rácio de Endividamento Médio e longo Prazo | 45,45% | 42,33% |
| Rácio de Endividamento Curto Prazo         | 16,51% | 17,46% |

No que respeita aos indicadores de endividamento a evolução registada vai de encontro aos resultados comprovados anteriormente, verificando-se uma diminuição do rácio de endividamento de médio e longo prazo.

Em termos globais e mediante o conjunto de indicadores selecionados para esta análise financeira é possível concluir-se que a situação financeira do grupo é favorável e equilibrada, em resultado de uma conjuntura económica mais favorável e de políticas de contenção de custos e de melhoria de eficiência.

#### 5.4. Apuramento do Nível de Endividamento do Grupo Municipal

O nível de endividamento do Grupo Municipal, apurado por recurso ao balanço consolidado, ascende a 195.365.081,95€, líquido de saldos credores decorrentes de operações recíprocas, assim apurado. Contudo, se ao valor total excluirmos o saldo relativo a acréscimos e diferimentos no valor de 79,6 milhões de euros, verificamos que o total do endividamento é na ordem dos 115,8 milhões de euros.

| Código das contas POCAL | Mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza | Consolidado           |
|-------------------------|-------------------------------------------------------------------------|-----------------------|
|                         | <b>PASSIVO:</b>                                                         |                       |
| 292                     | Provisões para riscos e encargos                                        | 12 180 844,85         |
|                         |                                                                         | <b>12 180 844,85</b>  |
|                         | <b>Dívidas a Terceiros - Médio e longo prazo</b>                        |                       |
| 221                     | Fornecedores c/c                                                        | 0,00                  |
| 2312                    | Empréstimos de médio e longo prazo                                      | 61 716 316,79         |
| 2611                    | Fornecedores de Imobilizado C/C                                         | 138 575,07            |
| 264                     | Administração autárquica                                                | 0,00                  |
| 268                     | Outros Credores                                                         | 8 660 207,80          |
|                         |                                                                         | <b>70 515 099,66</b>  |
|                         | <b>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:</b>                               |                       |
| 2311                    | Empréstimos de curto prazo                                              | 10 714 779,14         |
| 269                     | Adiantamentos por conta de vendas                                       | 0,00                  |
| 221                     | Fornecedores c/c                                                        | 4 790 718,05          |
| 228                     | Fornecedores - faturas em receção e conferência                         | 2 243 004,00          |
| 252                     | Credores pela execução do orçamento                                     | 0,00                  |
| 219                     | Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes                      | 1 382 423,94          |
| 2611                    | Fornecedores de Imobilizado C/C                                         | 1 700 811,30          |
| 2618                    | Fornecedores de Imobilizado receção e conferência                       | 4 573 097,63          |
| 24                      | Estado e Outros Entes Públicos                                          | 1 515 247,07          |
| 264                     | Administração autárquica                                                | 0,00                  |
| 262+263+268+217         | Outros Credores                                                         | 6 143 772,89          |
|                         |                                                                         | <b>33 063 854,02</b>  |
|                         | <b>Acréscimos e Diferimentos:</b>                                       |                       |
| 273                     | Acréscimos de custos                                                    | 7 766 818,32          |
| 274                     | Proveitos diferidos                                                     | 71 838 465,10         |
|                         |                                                                         | <b>79 605 283,42</b>  |
|                         | <b>Total do Passivo .....</b>                                           | <b>195 365 081,95</b> |

Não obstante, a dívida total do Município de Braga, apurada nos termos do art.º 52.º e 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ascende a 45.916.062€, conforme extrato da Ficha do Município (prestação de contas 2017) extraído do SIAL:

| Limite                          | Dívida Total                |                                   |              |                                                                   |                         |                         |                   |
|---------------------------------|-----------------------------|-----------------------------------|--------------|-------------------------------------------------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------|
|                                 | Total da dívida a terceiros | Contribuição SM/AM/SEL/Ent. P art | Dívida Total | Dívida Total Excluindo Não Orçamentais, capital excecionado e FAM | Montante em Excesso     | Margem Absoluta         | Margem Utilizável |
| (1)                             | (2)                         | (3)                               | (4)=(2)+(3)  | (5)                                                               | (6)=(5)-(1), se (5)>(1) | (7)=(1)-(5), se (5)<(1) | (8)=(7)*20%       |
| 110 820 075                     | 01/01/2017                  |                                   |              |                                                                   |                         |                         |                   |
|                                 | 53 019 549                  | 310 634                           | 53 330 182   | 48 063 621                                                        |                         | 62 756 455              | 12 551 291        |
|                                 | 31/12/2017                  |                                   |              |                                                                   |                         |                         |                   |
|                                 | 50 349 023                  | 531 580                           | 50 880 603   | 45 916 062                                                        |                         | 64 904 013              | 12 980 803        |
| Variação da Dívida %            |                             |                                   |              |                                                                   |                         |                         | -4,47%            |
| Variação do Excesso da Dívida % |                             |                                   |              |                                                                   |                         |                         |                   |
| Margem Disponível por Utilizar  |                             |                                   |              |                                                                   |                         |                         | 14 698 849        |

A discrepância evidenciada nos quadros anteriores resulta dos diferentes perímetros relevantes para o respetivo apuramento.

Desta forma, o Município de Braga apresenta uma situação financeira equilibrada uma vez que a dívida total não ultrapassa o limite legalmente estabelecido, 1,5 vezes a receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

## 6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### 6.1. Balanço Consolidado

| Código das Contas | ATIVO                                                | Exercícios            |                       |                       |                       |
|-------------------|------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
|                   |                                                      | 2017                  |                       |                       | 2016                  |
|                   |                                                      | AB                    | AP                    | AL                    | AL                    |
|                   | <b>IMOBILIZADO:</b>                                  |                       |                       |                       |                       |
|                   | <b>Bens de domínio público</b>                       |                       |                       |                       |                       |
| 451               | Terrenos e recursos naturais                         | 25 848 219,17         | 859 320,04            | 25 988 899,13         | 26 539 392,67         |
| 452               | Edifícios                                            | 3 848 833,65          | 1 227 557,51          | 2 621 276,14          | 2 804 500,98          |
| 453               | Outras construções e infra-estruturas                | 242 568 030,77        | 157 619 195,84        | 84 948 834,93         | 88 011 169,00         |
| 455               | Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural   |                       |                       | 0,00                  | 0,00                  |
| 459               | Outros bens de domínio público                       |                       |                       | 0,00                  | 138 023,12            |
| 445               | Imobilizações em Curso                               | 5 489 019,04          |                       | 5 489 019,04          | 17 030,90             |
| 446               | Adiantamentos por conta de bens de domínio público   |                       |                       | 0,00                  | 0,00                  |
|                   |                                                      | <b>278 754 102,63</b> | <b>159 706 073,39</b> | <b>119 048 029,24</b> | <b>117 510 117,16</b> |
|                   | <b>Imobilizações Incorpóreas</b>                     |                       |                       | 0,00                  | 0,00                  |
| 431               | Despesas de instalação                               |                       |                       | 0,00                  | 0,00                  |
| 432               | Despesas de investigação e de desenvolvimento        | 55 241,96             | 55 241,96             | 0,00                  | 0,00                  |
| 433               | Propriedade industrial e outros direitos             |                       |                       | 0,00                  | 0,00                  |
| 443               | Imobilizações em curso                               |                       |                       | 0,00                  | 0,00                  |
| 449               | Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas |                       |                       | 0,00                  | 0,00                  |
|                   |                                                      | <b>55 241,96</b>      | <b>55 241,96</b>      | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b>           |
|                   | <b>Imobilizações Corpóreas</b>                       |                       |                       |                       |                       |
| 421               | Terrenos e recursos naturais                         | 95 037 436,97         | 442,16                | 95 036 994,81         | 90 834 392,20         |
| 422               | Edifícios e outras construções                       | 264 106 839,16        | 41 920 903,57         | 222 185 935,59        | 208 891 855,37        |
| 423               | Equipamento básico                                   | 184 222 500,79        | 85 571 377,67         | 98 651 123,12         | 100 915 269,87        |
| 424               | Equipamento de transporte                            | 9 323 411,31          | 7 368 615,56          | 1 954 795,75          | 1 366 628,56          |
| 425               | Ferramentas e utensílios                             | 769 058,83            | 604 215,09            | 164 843,74            | 70 465,63             |
| 426               | Equipamento administrativo                           | 11 363 222,85         | 9 923 556,81          | 1 439 666,04          | 1 193 240,71          |
| 427               | Taras e vasilhame                                    | 20,38                 | 20,38                 | 0,00                  | 0,00                  |
| 429               | Outras imobilizações corpóreas                       | 2 341 557,11          | 1 790 505,55          | 551 051,56            | 565 541,89            |
| 442               | Imobilizações em curso                               | 29 919 745,72         |                       | 29 919 745,72         | 29 394 784,02         |
| 448               | Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas   |                       |                       | 0,00                  | 0,00                  |
|                   |                                                      | <b>597 083 793,12</b> | <b>147 179 636,79</b> | <b>449 904 156,33</b> | <b>433 232 178,25</b> |
|                   | <b>Investimentos Financeiros</b>                     |                       |                       |                       |                       |
| 411               | Partes capital                                       | 13 728 790,31         |                       | 13 728 790,31         | 12 606 921,81         |
| 412               | Obrigações e títulos de participação                 | 3 895 485,69          |                       | 3 895 485,69          | 3 895 485,69          |
| 414               | Investimentos em imóveis                             | 11 516 547,46         | 2 795 750,83          | 8 720 796,63          | 10 135 727,08         |
| 415               | Outras aplicações financeiras                        | 13 948,48             |                       | 13 948,48             | 9 015,90              |
| 441               | Imobilizações em curso                               | 47 601,00             |                       | 47 601,00             | 0,00                  |
| 447               | Adiantamentos por conta de investimentos financeiros |                       |                       | 0,00                  | 35 329,40             |
|                   |                                                      | <b>29 202 372,84</b>  | <b>2 795 750,83</b>   | <b>26 406 622,11</b>  | <b>26 682 479,88</b>  |
|                   | <b>CIRCULANTE:</b>                                   |                       |                       |                       |                       |

0  
7  
9  
0  
4  
00



9  
5  
00  
72  
77  
00  
72  
06  
10  
61  
11  
00  
23  
44  
63  
28  
28

## 6.2. Demonstração de Resultados Consolidado

| Código das Contas |                                                                    | 2017          |                       | 2016          |                       |
|-------------------|--------------------------------------------------------------------|---------------|-----------------------|---------------|-----------------------|
|                   |                                                                    |               |                       |               |                       |
|                   | <b>Custos e Perdas</b>                                             |               |                       |               |                       |
| 61                | Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:         |               | 3 751 537,26          |               | 6 615,00              |
|                   | Mercadorias                                                        |               |                       |               | 3 209 961,82          |
|                   | Matérias                                                           |               |                       |               | 33 303 692,99         |
| 62                | Fornecimentos e serviços externos:                                 |               | 35 263 862,31         |               |                       |
|                   | Custos com o pessoal:                                              |               |                       |               |                       |
| 641+642           | Remunerações                                                       | 34 481 402,69 |                       | 33 609 506,93 |                       |
| 643 a 648         | Encargos sociais                                                   | 9 172 214,66  | 43 653 617,35         | 8 790 174,16  | 42 399 681,09         |
| 63                | Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais   |               | 9 534 808,48          |               | 9 780 757,03          |
| 66                | Amortizações do exercício                                          |               | 19 758 965,49         |               | 20 019 879,68         |
| 67                | Provisões do exercício                                             |               | 1 452 398,24          |               | 1 428 015,18          |
| 65                | Outros custos operacionais                                         |               | 2 858 056,74          |               | 2 617 496,47          |
|                   | <b>(A) Custos e Perdas Operacionais</b>                            |               | <b>116 273 245,87</b> |               | <b>112 766 099,26</b> |
| 68                | Custos e perdas financeiros                                        |               | 796 401,83            |               | 879 034,43            |
|                   | <b>(C) Custos e Perdas Correntes</b>                               |               | <b>117 069 647,70</b> |               | <b>113 645 133,69</b> |
| 69                | Custos e perdas extraordinários                                    |               | 3 611 930,14          |               | 6 352 523,70          |
|                   | <b>(E) Custos e Perdas do Exercício</b>                            |               | <b>120 681 577,84</b> |               | <b>119 997 657,39</b> |
| 88                | Resultado líquido do exercício                                     |               | 5 940 060,46          |               | 4 578 414,77          |
|                   | <b>(X)</b>                                                         |               | <b>126 621 638,30</b> |               | <b>124 576 072,16</b> |
|                   | <b>Proveitos e Ganhos</b>                                          |               |                       |               |                       |
|                   | <b>Vendas e prestações de serviços:</b>                            |               |                       | 9 720,50      |                       |
| 7111              | Venda de mercadorias                                               |               |                       | 7 730 095,32  |                       |
| 7112+7113         | Venda de produtos                                                  | 8 005 175,98  |                       |               | 42 493 265,98         |
| 712               | Prestações de serviços                                             | 31 389 325,74 | 39 394 501,72         | 34 753 450,16 | 44 268 422,15         |
| 72                | Impostos e taxas                                                   |               | 48 536 791,87         |               | 0,00                  |
| (a)               | Variação da produção                                               |               |                       |               | 1 582 418,89          |
| 75                | Trabalhos para a própria entidade                                  |               | 709 388,10            |               | 160 310,90            |
| 73                | Proveitos suplementares                                            |               | 198 146,04            |               | 29 588 747,29         |
| 74                | Transferências e subsídios obtidos                                 |               | 30 191 473,90         |               | 0,00                  |
| 76                | Outros proveitos e ganhos operacionais                             |               | 80 173,01             |               |                       |
|                   | <b>(B) Proveitos e Ganhos Operacionais</b>                         |               | <b>119 110 474,64</b> |               | <b>118 093 165,21</b> |
| 78                | Proveitos e ganhos financeiros                                     |               | 3 225 586,63          |               | 308 220,76            |
|                   | <b>(D) Proveitos e Ganhos Financeiros</b>                          |               | <b>122 336 061,27</b> |               | <b>118 401 385,97</b> |
| 79                | Proveitos extraordinários                                          |               | 4 285 577,03          |               | 6 174 686,19          |
|                   | <b>(F) Proveitos Totais</b>                                        |               | <b>126 621 638,30</b> |               | <b>124 576 072,16</b> |
|                   | <b>Resumo:</b>                                                     |               |                       |               |                       |
|                   | <b>Resultados Operacionais: (B - A)</b>                            |               | <b>2 837 228,77</b>   |               | <b>5 327 065,95</b>   |
|                   | <b>Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)</b>                   |               | <b>2 429 184,80</b>   |               | <b>-570 813,67</b>    |
|                   | <b>Resultados Correntes: (D - C)</b>                               |               | <b>5 266 413,57</b>   |               | <b>4 756 252,28</b>   |
|                   | <b>Resultado Líquido do Exercício: (F - E)</b>                     |               | <b>5 940 060,46</b>   |               | <b>4 578 414,77</b>   |
|                   | <b>Interesses Minoritários</b>                                     |               | <b>-3 057 585,55</b>  |               | <b>-2 891 410,54</b>  |
|                   | <b>Resultado Líquido do Exercício após Interesses Minoritários</b> |               | <b>2 882 464,91</b>   |               | <b>1 687 004,23</b>   |

## 7. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### I - Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

#### 1.1) Entidades incluídas no perímetro de consolidação

**AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. – Participação 51% nos termos do nº 3 do art.75º do RFALEI;**

É uma empresa pública municipal que tem como atividade principal a captação, tratamento e adução de água e sua distribuição para consumos domiciliários e outros, mediante venda direta. A sua sede localiza-se na Praça Conde Agrolongo, nº 115 em Braga.

**BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. – Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do RFALEI;**

Tem como atividade a promoção e gestão de apoios ao arrendamento e a recuperação de habitação degradada, assim como, a prestação de serviços na área da educação e ação social. A sua sede localiza-se na rua D. Paio Mendes, nº 51 em Braga.

**IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M. - Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do RFALEI;**

A Investbraga tem como objeto principal a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais e estrangeiros. A sua sede localiza-se na Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves em Braga.

**TUB – TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, E.M. – Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do RFALEI;**

A TUB tem como objeto a prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros. Pode também exercer atividades acessórias, designadamente atividades complementares ou



subsidiárias de exploração dos transportes coletivos de passageiros e de transportes escolares. A sua sede localiza-se na Rua Quinta de Santa Maria – Maximinos – Braga.

**TEATRO CIRCO DE BRAGA, E.M. – Participação 100% nos termos do nº 3 do art. 75º do RFALEI;**

O Teatro Circo de Braga tem por objeto social a realização de atividades culturais, de acordo com os princípios de interesse público e as orientações da câmara municipal de Braga para a programação anual do teatro. A sua sede localiza-se na Avenida da Liberdade, 697 – Braga.

Advém realçar que o Município de Braga controla indiretamente, por intermédio da AGERE, a sociedade BRAVAL detendo aquela (AGERE) 79% desta. Não obstante, considerando o disposto no n.º 2 do art.º 68.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e atendendo a que nas contas da AGERE foi utilizado o método da equivalência patrimonial para a relevação da participação financeira na BRAVAL, optou-se por não utilizar outro método de consolidação/ajustamento.

De acordo com informação da empresa participada AGERE, o prazo de concessão da BRAVAL termina em 2021, encontrando-se atualmente a aguardar a resposta ao pedido de renovação da concessão.

Após obtenção da referida renovação, a AGERE começará o processo de reorganização societária e da detenção da participação financeira da BRAVAL, de acordo com todos os normativos aplicáveis, tendo já desencadeado o processo de avaliação da mesma, para o efeito.

#### Outras entidades participadas:

| Participações em entidades societárias                      | Participações em entidades não societárias          |
|-------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|
| ABC de Braga-Andebol SAD                                    | ANMP- Assoc. Nac. Municípios Portugueses            |
| SGEB - Soc. Gestora Equipamentos Braga                      | APMCH - Assoc. Portuguesa dos Municípios com Centro |
| MARB - Merc. Abast. da Região de Braga, SA                  | CIM Cávado-Comunidade Intermunicipal do Cávado      |
| BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. | Fundação Bracara Augusta                            |
|                                                             | Eixo Atlântico Noroeste Peninsular                  |
|                                                             | Turismo do Porto e Norte de Portugal                |
|                                                             | Associação de Municípios de fins específicos        |
|                                                             | Quadrilátero Urbano                                 |
|                                                             | Associação de Turismo do Porto                      |
|                                                             | Fundação Serralves                                  |

### 1.2) Entidades excluídas da consolidação

Não aplicável.

### 1.3) Entidades associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Não aplicável.

### 1.4) Número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício, das entidades incluídas na consolidação, repartido por categorias

Quadro 9 - Número Médio de Trabalhadores ao Serviço, Durante o Exercício

| Categoria              | N.º de Funcionários | TUB        | Investbraga | Bragahabit | Agere      | Teatro Circo | Município   |
|------------------------|---------------------|------------|-------------|------------|------------|--------------|-------------|
| Dirigente Superior     | 7                   | 0          | 0           | 1          | 2          | 1            | 3           |
| Dirigente Intermédio   | 54                  | 0          | 5           | 0          | 16         | 4            | 29          |
| Técnico Superior       | 214                 | 9          | 6           | 18         | 36         | 8            | 137         |
| Assistente Técnico     | 360                 | 18         | 10          | 14         | 57         | 13           | 248         |
| Assistente Operacional | 1595                | 312        | 12          | 3          | 407        | 3            | 858         |
| Bombeiros              | 88                  | 0          | 0           | 0          | 0          | 0            | 88          |
| Informática            | 16                  | 1          | 0           | 1          | 3          | 0            | 11          |
| Polícia Municipal      | 41                  | 0          | 0           | 0          | 0          | 0            | 41          |
| Outros                 | 27                  | 0          | 0           | 0          | 0          | 0            | 27          |
| <b>Total</b>           | <b>2402</b>         | <b>340</b> | <b>33</b>   | <b>37</b>  | <b>521</b> | <b>29</b>    | <b>1442</b> |

### 1.5) Métodos de Consolidação

Os métodos de consolidação adotados na consolidação de contas do Município de Braga foram o método de consolidação integral, para as entidades onde o município exerce controlo.

O Método de Consolidação Integral consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas

Ao preparar as Demonstrações Financeiras Consolidadas foram agregadas as Demonstrações Financeiras do município e das suas subsidiárias, linha a linha adicionando itens idênticos de ativos, passivos, capital próprio, custos e perdas e de proveitos e ganhos. Foi eliminada a quantia



escriturada da participação financeira do município em cada subsidiária e a parte do capital próprio em cada entidade consolidada.

Os interesses minoritários nos ativos líquidos das subsidiárias consolidadas foram identificados separadamente do capital próprio do município (AGERE – 49%).

Os saldos, transações, custos e perdas e proveitos e ganhos intra – grupo foram identificados, conciliados e eliminados por inteiro.

## **II - Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada**

### **2.1) - Insuficiência das normas de consolidação para uma imagem verdadeira e apropriada**

Não aplicável.

### **2.2) - Afastamento da aplicação das normas de consolidação para obter uma imagem verdadeira e apropriada**

O Município de Braga aplica o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e as empresas municipais aplicam o SNC – Sistema de Normalização Contabilística, o que dificulta a harmonização das operações, critérios e políticas contabilísticas, como ocorre com as amortizações/depreciações e provisões ao abrigo do SNC/Decreto-Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro – Regime de Reintegrações e Amortizações.

## **III - Informações relativas aos procedimentos de consolidação**

**3.1) - Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas.**

**ELIMINAÇÃO DO MEP**

| CONTA        | DÉBITO               | CRÉDITO              |
|--------------|----------------------|----------------------|
| 411          |                      | 11 014 630,48        |
| 551          | 18 333 678,56        | 7 890 889,05         |
| 7821         | 3 280 910,20         |                      |
| 6821         |                      | 1 144 010,88         |
| 59           | 611 287,54           | 2 176 345,89         |
| <b>TOTAL</b> | <b>22 225 876,30</b> | <b>22 225 876,30</b> |

**ELIMINAÇÃO DE SALDOS**

| CONTA        | DÉBITO               | CRÉDITO              |
|--------------|----------------------|----------------------|
| 59           | 9 661 480,92         |                      |
| 211          |                      | 1 359 792,10         |
| 221          | 115 537,74           |                      |
| 228          | 1 193 035,84         |                      |
| 264          | 770 103,45           | 425 000,00           |
| 268          | 8 892 478,66         | 20 874 962,41        |
| 74           | 1 693 150,00         |                      |
| 576          |                      | 0,00                 |
| 55           | 333 967,90           |                      |
| <b>TOTAL</b> | <b>22 659 754,51</b> | <b>22 659 754,51</b> |

**ELIMINAÇÃO DE TRANSAÇÕES**

| CONTA        | DÉBITO               | CRÉDITO              |
|--------------|----------------------|----------------------|
| 62           |                      | 1 896 808,39         |
| 63           |                      | 7 723 542,15         |
| 66           | 9 800,98             | 1 014,45             |
| 69           |                      | 971 301,94           |
| 712          | 2 297 058,15         |                      |
| 721          | 82,40                |                      |
| 74           | 7 322 097,74         |                      |
| 76           | 1 579,66             |                      |
| 421          | 1 109 949,35         | 450 000,00           |
| 422          | 453 465,28           | 973 900,00           |
| 48           | 1 014,45             | 151 913,67           |
| 57           | 973 900,00           |                      |
| 59           | 2 807,47             | 3 274,88             |
| <b>TOTAL</b> | <b>12 171 755,48</b> | <b>12 171 755,48</b> |

### ELIMINAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

| CONTA                                | DÉBITO               | CRÉDITO              |
|--------------------------------------|----------------------|----------------------|
| 51 (Interesses Minoritários)         | 19 110 000,00        |                      |
| 51 (Elim. participações financeiras) | 39 315 000,00        |                      |
| 55                                   | 5 384 909,06         |                      |
| 571                                  | 1 988 277,62         |                      |
| 572                                  | 48 905,80            |                      |
| 574                                  | 4 159,07             |                      |
| 59                                   | 9 626,82             |                      |
| 51                                   |                      |                      |
| Interesses Minoritários (Resultados) | 3 057 595,55         |                      |
| Interesses Minoritários (Balanço)    |                      | 29 603 473,93        |
| 411                                  |                      | 39 315 000,00        |
| <b>TOTAL</b>                         | <b>68 918 473,93</b> | <b>68 918 473,93</b> |

Foi ajustado para efeitos de contas consolidadas, o montante reconhecido em resultados do exercício e resultados transitados, decorrentes de indemnizações compensatórias, na participada AGERE no montante de 11.034.493,73 euros, em virtude de não estarem visadas pelo Tribunal de Contas e assim não serem passíveis de reconhecimento pelo Município de Braga.

**3.2) - Discriminação da rubrica “diferenças de consolidação”, com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior.**

Não aplicável.

**3.3) – Justificação dos casos excecionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.**

Não aplicável.

**3.4) – Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados das entidades incluídas no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado.**

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'I. O.', 'AA', 'Hoy', 'mif', and 'mih']*

Não aplicável.

**3.5) – Informações que se tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro da consolidação.**

Não aplicável.

**3.6) – Indicação dos montantes dos ajustamentos excecionais de valor dos ativos feltos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram.**

Não aplicável.

**3.7) – Indicação dos casos excecionais em que se utilizou a homogeneização valorativa, bem como as razões que justificaram a sua utilização.**

Não aplicável.

**3.8) – Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial.**

Não aplicável.



## IV - Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo

4.1 – Mapa de endividamento consolidado de médio e longos prazos (conforme alínea d) do n.º 7 do art.º 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) e Mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza (conforme alínea d) do n.º 7 do art.º 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro).

| Conta Patrimonial | Entidade Credora  | N.º Empréstimo                       | Valor Contratado | Data de Vencimento | Capital em dívida 31/12/2016 | Capital Amortizado no Período | Capital em dívida 31/12/2017 |
|-------------------|-------------------|--------------------------------------|------------------|--------------------|------------------------------|-------------------------------|------------------------------|
| Município         | 2311111           | Santander Totta                      | 5 000 000,00 €   | 31/12/2015         | - €                          | - €                           | - €                          |
|                   | 23121127          | BBVA                                 | 15 000 000,00 €  | 26/06/2023         | 5 833 333,34 €               | 833 333,32 €                  | 5 000 000,02 €               |
|                   | 23121123          | BPI                                  | 15 000 000,00 €  | 14/01/2023         | 6 224 953,65 €               | 940 353,40 €                  | 5 284 600,25 €               |
|                   | 23121125          | BTM                                  | 5 000 000,00 €   | 06/01/2023         | 1 805 555,53 €               | 277 777,78 €                  | 1 527 777,75 €               |
|                   | 23121126          | DEXIA                                | 20 000 000,00 €  | 03/05/2022         | 6 486 486,50 €               | 1 081 081,08 €                | 5 405 405,42 €               |
|                   | 23121124          | BTM                                  | 19 903 831,77 €  | 22/03/2022         | 6 081 726,27 €               | 1 105 768,44 €                | 4 975 957,83 €               |
|                   | 23121121          | C.G.D.                               | 6 234 973,71 €   | 20/05/2019         | 835 986,55 €                 | 313 494,96 €                  | 522 491,59 €                 |
|                   | 23121122          | BFB/BPI                              | 2 992 787,38 €   | 18/09/2022         | 881 517,82 €                 | 146 827,10 €                  | 734 690,72 €                 |
|                   | 23121111          | C.G.D.                               | 14 963 936,91 €  | 31/07/2021         | 5 478 737,90 €               | 1 094 707,20 €                | 4 384 030,70 €               |
|                   | 23121111          | DGTF                                 | 1 803 252,00 €   | 02/07/2019         | 901 626,00 €                 | 360 650,40 €                  | 540 975,60 €                 |
|                   | 23121114          | BBVA                                 | 1 865 000,00 €   | 03/12/2019         | 606 125,00 €                 | 186 500,00 €                  | 419 625,00 €                 |
|                   | 25111121          | Banco Popular Portugal, SA           | 170 000,00 €     | 16/08/2018         | - €                          | - €                           | 90 000,00 €                  |
|                   | 25111122          | Caixa Geral de Depósitos             | 170 000,00 €     | 20/10/2018         | - €                          | - €                           | 40 000,00 €                  |
|                   | 2511101           | BANCO CREDIBOM                       | 8 299,80 €       | 11/09/2019         | 4 986,37 €                   | 1 683,08 €                    | 3 303,29 €                   |
| AGERE             | 2511101           | BANCO CREDIBOM                       | 5 000,00 €       |                    | 67,03 €                      | - €                           | 303,69 €                     |
|                   | 2511101 / 2511201 | CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS S.A.        | 2 743 388,43 €   | 06/04/2021         | 911 000,37 €                 | 330 507,86 €                  | 580 492,51 €                 |
|                   | 2511102 / 2511202 | BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS S.A.       | 50 000 000,00 €  | 27/06/2031         | 35 227 272,67 €              | 4 545 454,55 €                | 30 681 818,12 €              |
|                   | 2511109 / 2511209 | BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.      | 1 000 000,00 €   | 28/06/2017         | - €                          | - €                           | - €                          |
|                   | 2511110 / 2511210 | MONTEPIO GERAL ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA | 10 000 000,00 €  | 23/10/2019         | - €                          | - €                           | - €                          |
|                   | 2511111 / 2511211 | BANCO SANTANDER TOTTA S.A.           | 1 000 000,00 €   | 13/11/2018         | 818 455,98 €                 | 578 829,83 €                  | 239 626,15 €                 |
|                   | 2511112 / 2511212 | BANCO POPULAR PORTUGAL S.A.          | 5 000 000,00 €   | 21/10/2019         | 8 764 048,27 €               | 5 910 248,18 €                | 2 853 800,09 €               |
|                   | 2511113 / 2511213 | BANCO SANTANDER TOTTA S.A.           | 2 500 000,00 €   | 18/06/2020         | 2 276 719,52 €               | 1 001 183,32 €                | 1 275 536,20 €               |
|                   | 2511114 / 2511214 | BANCO POPULAR PORTUGAL S.A.          | 5 000 000,00 €   | 19/06/2020         | 8 792 266,04 €               | 5 639 254,19 €                | 3 153 011,85 €               |
|                   | 2511115 / 2511215 | BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS S.A.       | 1 000 000,00 €   | 30/06/2020         | 873 061,96 €                 | 345 412,82 €                  | 527 649,14 €                 |
|                   | 2511111           | Caixa Geral Depósitos (1)            | 1 500 000,00 €   | 01/06/2017         | 1 200 000,00 €               | 300 000,00 €                  | - €                          |
|                   | 2511111           | Caixa Geral Depósitos (2)            | 1 500 000,00 €   | 16/06/2018         | 0,00 €                       | 480 000,00 €                  | 1 020 000,00 €               |
|                   | 2511121           | Millennium BCP (1)                   | 1 000 000,00 €   | 01/06/2017         | 1 000 000,00 €               | 0,00 €                        | - €                          |
|                   | 2511121           | Millennium BCP (2)                   | 1 400 000,00 €   | 14/06/2018         | 0,00 €                       | 280 000,00 €                  | 1 120 000,00 €               |
| TUB               | 2511131           | Montepio Geral (2)                   | 200 000,00 €     | 14/07/2018         | 0,00 €                       | 200 000,00 €                  | - €                          |
|                   | 2511141           | Banco BPI (2)                        | 1 000 000,00 €   | 19/06/2018         | 0,00 €                       | 250 000,00 €                  | 750 000,00 €                 |
|                   | 2511171           | Banco Popular (1)                    | 1 500 000,00 €   | 27/05/2017         | 1 030 000,00 €               | 470 000,00 €                  | - €                          |
|                   | 2511171           | Banco Popular (2)                    | 2 000 000,00 €   | 30/05/2018         | 0,00 €                       | 700 000,00 €                  | 1 300 000,00 €               |
|                   | 2511181           | Novo Banco (1)                       | 1 000 000,00 €   | 26/06/2017         | 250 000,00 €                 | 750 000,00 €                  | - €                          |
|                   | 2511181           | Novo Banco (2)                       | 1 400 000,00 €   | 26/06/2018         | 0,00 €                       | 1 400 000,00 €                | - €                          |
|                   | TOTAL             |                                      | 196 460 470,00 € |                    | 96 283 926,77 €              | 29 523 067,51 €               | 72 431 095,92 €              |

## V- Informações sobre saldos e fluxos financeiros

### 5.2 – Mapa de fluxos de caixa consolidado (Portaria n.º 474/2010 – Orientação n.º 1/2010, de 1 de Julho de 2010)

#### FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

| Recebimentos               |                  |                         | Pagamentos                     |                  |                         |
|----------------------------|------------------|-------------------------|--------------------------------|------------------|-------------------------|
| Saldo da gerência anterior |                  | 7 976 245,04 €          | Despesas orçamentais           |                  | 152 733 277,33 €        |
| Execução orçamental        | 5 492 173,19 €   |                         | Correntes                      | 108 110 878,56 € |                         |
| Operações de tesouraria    | 2 484 071,85 €   |                         | Capital                        | 44 622 398,77 €  |                         |
| Recargas orçamentais       |                  | 150 062 395,28 €        | Operações de tesouraria        | 5 629 734,98 €   | 5 629 734,98 €          |
| Correntes                  | 131 246 792,90 € |                         |                                |                  |                         |
| Capital                    | 18 740 612,46 €  |                         |                                |                  |                         |
| Outras                     | 74 989,92 €      |                         |                                |                  |                         |
| Operações de tesouraria    | 5 884 211,84 €   | 5 884 211,84 €          | Saldo para a gerência seguinte |                  | 5 559 839,85 €          |
|                            |                  |                         | Execução orçamental            | 2 821 291,14 €   |                         |
|                            |                  |                         | Operações de tesouraria        | 2 738 548,71 €   |                         |
| <b>Total</b>               |                  | <b>163 922 852,16 €</b> | <b>Total</b>                   |                  | <b>163 922 852,16 €</b> |

Aos valores apresentados não foram retirados os fluxos de pagamentos e recebimentos relativos a operações recíprocas, não obstante, o saldo para a gerência seguinte não é influenciado.

## VI- Informações relativas a compromissos

6.1 – Montante global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação:

Não aplicável.

**6.2 – Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a sua natureza e mencionado expressamente as garantias reais:**

| Natureza | Descrição                                                                                                                               | Prestada a favor              | Valor em dívida em 31/12/2017 |
|----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
|          | Garantia para recuperação ambiental relativa ao contrato de concessão de captação de água - Ponte do Bico                               | Banco Santander Totta, S.A.   | 21 970,00 €                   |
|          | Garantia de licença para ampliação da rede de drenagem de abastecimento de água - drenagem de águas residuais em vários troços de EE.NN | Banco Santander Totta, S.A.   | 49 770,00 €                   |
|          | Garantia da responsabilidade civil ambiental da TUB, EM, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29/07                               | Banco Comercial Português, SA | 5 000,00 €                    |
|          |                                                                                                                                         |                               | <b>76 740,00 €</b>            |

## VII- Informações relativas a políticas contabilísticas

**7.1 – Os critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente amortizações, ajustamentos e provisões.**

### a) Imobilizado

Nos termos do disposto no ponto 4.1. do POCAL, o ativo imobilizado é valorizado ao custo de aquisição (somatório do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual), ou ao custo de produção (somatório dos custos das matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para produzir determinado bem). Quando se trata de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito, considera-se o valor resultante da avaliação efetuada por técnicos ou o valor patrimonial tributário determinado nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, ou, na sua ausência, o valor resultante da simulação do valor patrimonial disponível no sítio do Portal das Finanças.

Quanto às amortizações, foram praticadas as taxas permitidas pela Portaria n.º 671/2000 (2ª série), que aprovou o CIBE-CADASTRO E INVENTÁRIO DOS BENS DO ESTADO e o DL 25/2009 – Regime de Depreciações e Amortizações.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a circled 'F.O.' and several illegible signatures.

**b) Investimentos financeiros**

Os investimentos financeiros foram valorizados ao custo de aquisição e valorizados pelo método da equivalência patrimonial para entidades em que o município detém influência significativa.

**c) Existências**

Foram valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção, em que ambos os custos são determinados de acordo com as definições adotadas para o imobilizado conforme descrito no ponto a).

O método de custeio de saída de armazém adotado foi o custo médio ponderado.

**d) Dívidas de e a terceiros**

Foram expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as denominam.

**e) Disponibilidades**

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários expressam os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

**f) Especialização do exercício**

Os seus custos e proveitos são registados de acordo com o princípio da especialização no exercício a que dizem respeito.

**7.2) – Cotações que tenham sido utilizadas para a conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas.**

Não aplicável.

**VIII – Informações relativas a determinadas rubricas**

**8.1) – Despesas de Instalação e Despesas de investigação e de desenvolvimento**

Não aplicável.



**MAPA ATIVO BRUTO CONSOLIDADO**

| RUBRICAS                                                 | SALDO INICIAL         | REAVALIAÇÃO / AJUSTAMENTO | AUMENTOS             | ALIENAÇÕES        | TRANSFERÊNCIAS E ABATES | SALDO FINAL           |
|----------------------------------------------------------|-----------------------|---------------------------|----------------------|-------------------|-------------------------|-----------------------|
| <b>41 INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>                      | <b>29 724 305,60</b>  | <b>-738 868,26</b>        | <b>137 459,65</b>    | <b>0,00</b>       | <b>26 874,95</b>        | <b>29 154 771,94</b>  |
| 411 Partes de capital                                    | 12 865 274,79         | 863 515,52                | 0,00                 | 0,00              | 0,00                    | 13 728 790,31         |
| 412 Obrigações e títulos de participação                 | 3 895 485,69          | 0,00                      | 0,00                 | 0,00              | 0,00                    | 3 895 485,69          |
| 414 Investimentos em imóveis                             | 12 954 529,22         | -1 595 909,96             | 131 053,25           | 0,00              | 26 874,95               | 11 516 547,40         |
| 415 Outras aplicações financeiras                        | 9 015,90              | -1 473,82                 | 6 406,40             | 0,00              | 0,00                    | 13 948,48             |
| <b>42 IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>                        | <b>545 154 468,01</b> | <b>-2 194 580,85</b>      | <b>18 223 588,87</b> | <b>256 437,28</b> | <b>6 237 008,85</b>     | <b>567 164 047,40</b> |
| 421 Terrenos e recursos naturais                         | 91 993 578,51         | -915 700,34               | 3 044 979,51         | 17 067,18         | 931 646,47              | 95 037 436,97         |
| 422 Edifícios e outras construções                       | 250 610 146,72        | -1 147 854,69             | 10 921 578,21        | 0,00              | 3 722 968,92            | 264 106 839,16        |
| 423 Equipamento básico                                   | 180 466 396,92        | -5 533,88                 | 2 332 860,17         | 195 244,06        | 1 624 021,64            | 184 222 500,78        |
| 424 Equipamento de transporte                            | 8 223 078,94          | -7 644,24                 | 1 107 976,61         | 0,00              | 0,00                    | 9 323 411,31          |
| 425 Ferramentas e utensílios                             | 636 204,50            | -6 974,99                 | 139 829,32           | 0,00              | 0,00                    | 769 058,83            |
| 426 Equipamento administrativo                           | 10 932 304,41         | -89 566,44                | 606 239,30           | 44 126,04         | -41 628,38              | 11 363 222,85         |
| 427 Taras e vasilhame                                    | 20,38                 | 0,00                      | 0,00                 | 0,00              | 0,00                    | 20,38                 |
| 429 Outras imobilizações corpóreas                       | 2 292 737,63          | -21 306,27                | 70 125,75            | 0,00              | 0,00                    | 2 341 557,11          |
| <b>43 IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>                      | <b>55 241,96</b>      | <b>0,00</b>               | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>       | <b>0,00</b>             | <b>55 241,96</b>      |
| 431 Despesas de instalação                               | 0,00                  | 0,00                      | 0,00                 | 0,00              | 0,00                    | 0,00                  |
| 432 Despesas de investigação e de desenvolvimento        | 55 241,96             | 0,00                      | 0,00                 | 0,00              | 0,00                    | 55 241,96             |
| 433 Propriedade industrial e outros direitos             | 0,00                  | 0,00                      | 0,00                 | 0,00              | 0,00                    | 0,00                  |
| <b>44 IMOBILIZAÇÕES EM CURSO</b>                         | <b>29 447 144,32</b>  | <b>-1 759 559,65</b>      | <b>19 001 146,41</b> | <b>0,00</b>       | <b>-11 232 365,32</b>   | <b>35 456 365,78</b>  |
| 441 Imobilizações em curso de investimentos financeiros  | 0,00                  | 0,00                      | 47 601,00            | 0,00              | 0,00                    | 47 601,00             |
| 442 Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas    | 29 394 784,02         | -4 706 864,29             | 12 948 186,18        | 0,00              | -7 716 360,19           | 29 919 745,72         |
| 443 Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas  | 0,00                  | 0,00                      | 0,00                 | 0,00              | 0,00                    | 0,00                  |
| 445 Imobilizações em curso de bens de domínio público    | 17 030,90             | 2 982 634,04              | 6 005 359,23         | 0,00              | -3 516 005,13           | 5 489 019,04          |
| 446 Adiantamentos por conta de bens de domínio público   | 0,00                  | 0,00                      | 0,00                 | 0,00              | 0,00                    | 0,00                  |
| 447 Adiantamentos por conta de investimentos financeiro  | 35 329,40             | -35 329,40                | 0,00                 | 0,00              | 0,00                    | 0,00                  |
| 448 Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas   | 0,00                  | 0,00                      | 0,00                 | 0,00              | 0,00                    | 0,00                  |
| 449 Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas | 0,00                  | 0,00                      | 0,00                 | 0,00              | 0,00                    | 0,00                  |
| <b>45 BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO</b>                        | <b>269 132 427,88</b> | <b>-406 306,66</b>        | <b>866 208,27</b>    | <b>0,00</b>       | <b>3 672 754,10</b>     | <b>273 265 083,59</b> |
| 451 Terrenos e recursos naturais                         | 26 539 392,67         | 86 257,19                 | 222 569,31           | 0,00              | 0,00                    | 26 848 219,17         |
| 452 Edifícios                                            | 3 870 504,27          | -21 670,62                | 0,00                 | 0,00              | 0,00                    | 3 848 833,65          |
| 453 Outras construções e infraestruturas                 | 238 584 507,82        | -332 870,11               | 643 638,96           | 0,00              | 3 672 754,10            | 242 568 030,77        |
| 455 Bens do património histórico, artístico e cultural   | 0,00                  | 0,00                      | 0,00                 | 0,00              | 0,00                    | 0,00                  |
| 459 Outros bens de domínio público                       | 138 023,12            | -138 023,12               | 0,00                 | 0,00              | 0,00                    | 0,00                  |
| <b>TOTAL</b>                                             | <b>873 513 587,77</b> | <b>-5 094 315,42</b>      | <b>38 228 403,20</b> | <b>256 437,28</b> | <b>-1 295 927,62</b>    | <b>905 095 530,63</b> |

**8.2) – Movimentos corridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões**

**MAPA DE AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES CONSOLIDADO**

| RUBRICAS                                                | SALDO INICIAL         | REFORÇO              | REGULARIZAÇÕES       | SALDO FINAL           |
|---------------------------------------------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| <b>48 AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS</b>                       | <b>295 343 026,18</b> | <b>19 624 822,75</b> | <b>-5 231 145,96</b> | <b>309 736 702,97</b> |
| <b>481 De Investimentos em Imóveis</b>                  | <b>2 818 802,14</b>   | <b>0,00</b>          | <b>-23 051,31</b>    | <b>2 795 750,83</b>   |
| 4811 Terrenos e recursos naturais                       | 0,00                  | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                  |
| 4812 Edifícios e outras construções                     | 2 818 802,14          | 0,00                 | -23 051,31           | 2 795 750,83          |
| <b>482 De Imobilizações corpóreas</b>                   | <b>140 829 660,46</b> | <b>10 988 328,04</b> | <b>-4 638 351,71</b> | <b>147 179 636,79</b> |
| 4821 Terrenos e recursos naturais                       | 439,05                | 13,29                | -10,18               | 442,16                |
| 4822 Edifícios e outras construções                     | 42 389 625,29         | 3 639 093,05         | -4 107 814,77        | 41 920 903,57         |
| 4823 Equipamento básico                                 | 79 614 897,70         | 6 304 603,70         | -348 123,73          | 85 571 377,67         |
| 4824 Equipamento de transporte                          | 6 856 450,38          | 522 277,32           | -10 112,14           | 7 368 615,56          |
| 4825 Ferramentas e utensílios                           | 565 738,87            | 45 973,60            | -7 497,38            | 604 215,09            |
| 4826 Equipamento administrativo                         | 9 675 293,05          | 389 979,81           | -141 716,05          | 9 923 556,81          |
| 4827 Taras e vasilhame                                  | 20,38                 | 0,00                 | 0,00                 | 20,38                 |
| 4829 Outras imobilizações corpóreas                     | 1 727 195,74          | 86 387,27            | -23 077,46           | 1 790 505,55          |
| <b>483 De Imobilizações incorpóreas</b>                 | <b>55 241,96</b>      | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>          | <b>55 241,96</b>      |
| 4831 Despesas de instalação                             | 0,00                  | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                  |
| 4832 Despesas de investigação e de desenvolvimento      | 55 241,96             | 0,00                 | 0,00                 | 55 241,96             |
| 4833 Propriedade industrial e outros direitos           | 0,00                  | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                  |
| <b>485 De bens de domínio público</b>                   | <b>151 639 321,62</b> | <b>8 636 494,71</b>  | <b>-569 742,94</b>   | <b>159 706 073,39</b> |
| 4851 Terrenos e recursos naturais                       | 0,00                  | 177 575,07           | 681 744,97           | 859 320,04            |
| 4852 Edifícios                                          | 1 066 003,29          | 172 171,44           | -10 617,22           | 1 227 557,51          |
| 4853 Outras construções e infraestruturas               | 150 573 318,33        | 8 286 748,20         | -1 240 870,69        | 157 619 195,84        |
| 4855 Bens de património histórico, artístico e cultural | 0,00                  | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                  |
| 4859 Outros bens de domínio público                     | 0,00                  | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                  |
| <b>49 PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>      | <b>0,00</b>           | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>           |
| 491 Partes de capital                                   | 0,00                  | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                  |
| 492 Obrigações e títulos de participação                | 0,00                  | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                  |
| 493 ...                                                 | 0,00                  | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                  |
| 495 Outras aplicações financeiras                       | 0,00                  | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                  |
| <b>Total</b>                                            | <b>295 343 026,18</b> | <b>19 624 822,75</b> | <b>-5 231 145,96</b> | <b>309 736 702,97</b> |

*Handwritten notes and signatures in blue ink at the top right of the page.*

**8.3) – Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período:**

Não aplicável.

**8.4) – Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram:**

Não aplicável.

**8.5) - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado:**

Não aplicável.

**8.6) - Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado:**

Não aplicável.

**8.7) - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor:**

Não aplicável.

**8.8) - Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão:**

Não aplicável.

**8.9) - Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável:**

Não aplicável.



**8.10) - Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades:**

| Designação             | Mercado interno        | Mercado externo   |
|------------------------|------------------------|-------------------|
| Vendas                 | 8 005 175,98 €         | 0,00 €            |
| Prestações de Serviços | 31 382 050,83 €        | 7 274,91 €        |
| <b>Total</b>           | <b>39 387 226,81 €</b> | <b>7 274,91 €</b> |

**8.11) - Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos na alínea b) do item 4.5.2.2. das instruções "Consolidação de Contas pelos Municípios" provindas do SATAPOCAL (Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL) e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação:**

Não aplicável.

**8.12) - Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros:**

Não aplicável.



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

**8.13) - Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial:**

|                     | Nome                                    | Situação na Entidade                    | Direção/Administração        |                             |
|---------------------|-----------------------------------------|-----------------------------------------|------------------------------|-----------------------------|
|                     |                                         |                                         | Remuneração Líquida Auferida | Período de Responsabilidade |
| <b>TUB</b>          | Firmino José Rodrigues Marques          | Presidente do Conselho de Administração | - €                          | 01-01-2017 a 31-12-2017     |
|                     | José António Baptista da Costa          | Vogal do Conselho de Administração      | 27 201,88 €                  | 01-01-2017 a 14-11-2017     |
|                     | Teotónio Luis Vieira Andrade dos Santos | Vogal do Conselho de Administração      | 29 295,70 €                  | 01-01-2017 a 31-12-2017     |
|                     | Sandra Cristina Leitão Cerqueira        | Vogal do Conselho de Administração      | 3 797,94 €                   | 15-11-2017 a 31-12-2017     |
|                     |                                         |                                         | <b>60 295,52 €</b>           |                             |
| <b>Investbraga</b>  | Carlos Nuno Alves de Oliveira           | Presidente do Conselho de Administração | - €                          | 01-01-2017 a 31-12-2017     |
|                     | Humberto António Ferreira Carlos        | Administrador Executivo                 | 43 813,25 €                  | 01-01-2017 a 31-10-2017     |
|                     | Carlos Duarte Oliveira e Silva          | Administrador Executivo                 | 7 478,23 €                   | 01-11-2017 a 31-12-2017     |
|                     | Altino Bernardo Lemos Bessa             | Administrador                           | - €                          | 01-01-2017 a 31-10-2017     |
|                     | Emília de Fátima de Oliveira Vieira     | Vogal do Conselho de Administração      | - €                          | 01-11-2017 a 31-12-2017     |
|                     |                                         |                                         | <b>51 291,48 €</b>           |                             |
| <b>Bragahabit</b>   | Miguel Sopas de Melo Bandeira           | Presidente do Conselho de Administração | - €                          | 01-01-2017 a 31-12-2017     |
|                     | Vitor Manuel Esperança Ribeiro          | Administrador Executivo                 | 29 178,83 €                  | 01-01-2017 a 31-12-2017     |
|                     | Nuno Gil de Oliveira Dias               | Vogal do Conselho de Administração      | - €                          | 01-01-2017 a 08-11-2017     |
|                     | Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado   | Vogal do Conselho de Administração      | - €                          | 09-11-2017 a 31-12-2017     |
|                     |                                         |                                         | <b>26 803,88 €</b>           |                             |
| <b>Agere</b>        | Ricardo Bruno Antunes Machado Rio       | Presidente não executivo                | - €                          | 01-01-2017 a 31-12-2017     |
|                     | António Jorge Almeida Silva             | Administrador Executivo                 | 29 036,53 €                  | 01-01-2017 a 31-12-2017     |
|                     | Rui Manuel Sá Morais                    | Administrador Executivo                 | 29 004,93 €                  | 01-01-2017 a 31-12-2017     |
|                     |                                         |                                         | <b>58 041,46 €</b>           |                             |
| <b>Teatro Circo</b> | Cláudia Teixeira Leite                  | Vogal (membro executivo)                | 28 902,66 €                  | 01-01-2017 a 31-12-2017     |
|                     | Ricardo Bruno Antunes Machado Rio       | Presidente (membro não executivo)       | - €                          | 01-01-2017 a 31-12-2017     |
|                     | Lídia Brás Dias                         | Vogal (membro não executivo)            | - €                          | 01-01-2017 a 31-12-2017     |
|                     |                                         |                                         | <b>28 902,66 €</b>           |                             |
| <b>Município</b>    | Ricardo Bruno Antunes Machado Rio       | Presidente                              | 37 562,01 €                  | 01-01-2017 a 31-12-2017     |
|                     | Firmino José Rodrigues Marques          | Vereador                                | 28 429,29 €                  | 01-01-2017 a 31-12-2017     |
|                     | Lídia Brás Dias                         | Vereadora                               | 29 759,57 €                  | 01-01-2017 a 31-12-2017     |
|                     | Maria Sameiro Macedo Araujo             | Vereadora                               | 29 158,59 €                  | 01-01-2017 a 31-12-2017     |
|                     | Altino Bernardo Lemos Bessa             | Vereador                                | 28 967,24 €                  | 01-01-2017 a 31-12-2017     |
|                     | Miguel Sopas Melo Bandeira              | Vereador                                | 34 138,50 €                  | 01-01-2017 a 31-12-2017     |
|                     | João Vasconcelos Barros Rodrigues       | Vereador                                | 6 725,08 €                   | 12-10-2017 a 31-12-17       |
|                     | Hugo Alexandre Polido Pires             | Vereador                                | - €                          | 01-01-2017 a 11-10-17       |
|                     |                                         |                                         |                              |                             |

|                                            |           |                     |                         |
|--------------------------------------------|-----------|---------------------|-------------------------|
| Palmira Maciel Fernandes da Costa          | Vereadora | - €                 | 01-01-2017 a 11-10-17   |
| João Gilberto Dias Sousa                   | Vereador  | - €                 | 01-01-2017 a 11-10-17   |
| Liliana Angélica Costa Matos Pereira       | Vereadora | - €                 | 01-01-2017 a 31-12-2017 |
| Jorge Miguel de Assis Caldeira Cruz Corais | Vereador  | - €                 | 12-10-2017 a 31-12-17   |
| Artur Jorge de Oliveira Feio               | Vereador  | - €                 | 12-10-2017 a 31-12-17   |
| Alberto Carlos Carvalho de Almeida         | Vereador  | - €                 | 01-01-2017 a 31-12-2017 |
|                                            |           | <b>188 015,20 €</b> |                         |
| <b>TOTAL</b>                               |           | <b>413 350,20 €</b> |                         |

**8.14) - Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação:**

Não aplicável.

**8.15) - Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações:**

Não aplicável.

**8.16) - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:**

Não aplicável.

8.17) - Demonstração consolidada dos resultados financeiros:

| Código das contas | Custos e Perdas                          | Exercícios     |               | Código das Contas | Proveitos e Ganhos                      |              | Exercícios     |              |
|-------------------|------------------------------------------|----------------|---------------|-------------------|-----------------------------------------|--------------|----------------|--------------|
|                   |                                          | 2017           | 2016          |                   | 2017                                    | 2016         | 2017           | 2016         |
| 681               | Juros Suportados                         | 733 543,59 €   | 875 816,46 €  | 781               | Juros Obtidos                           | 5 901,84 €   | 42 775,88 €    | 5 901,84 €   |
| 682               | Perdas em Entidades Participadas         | - €            | - €           | 782               | Ganhos em Entidades Participadas        | 180 023,79 € | 68 940,23 €    | 180 023,79 € |
| 683               | Amortizações de Investimentos em Imóveis | - €            | - €           | 783               | Rendimentos de Imóveis                  | - €          | 2 867 241,43 € | - €          |
| 684               | Provisões para Aplicações Financeiras    | - €            | - €           | 784               | Rendimentos de Participações de Capital | - €          | 2 490,02 €     | - €          |
| 685               | Diferenças de Câmbio Desfavoráveis       | - €            | - €           | 785               | Diferenças de Câmbio Favoráveis         | - €          | - €            | - €          |
|                   |                                          | - €            | - €           | 786               | Desconto de Pronto Pagamento Obtidos    | 76 038,44 €  | 78 484,72 €    | 76 038,44 €  |
| 687               | Perdas na Alienação de Aplicações        | - €            | - €           | 787               | Ganhos na Alienação de Aplicações       | - €          | - €            | - €          |
| 688               | Outros Custos e Perdas Financeiras       | 62 858,24 €    | 3 217,97 €    | 788               | Outros Proveitos e Ganhos Financeiros   | 46 256,69 €  | 165 654,35 €   | 46 256,69 €  |
|                   | Resultados Financeiros                   | 2 429 184,80 € | -570 813,67 € | 789               | Reposições                              | - €          | - €            | - €          |
|                   |                                          | 3 225 586,63 € | 308 220,76 €  |                   |                                         | 308 220,76 € | 3 225 586,63 € | 308 220,76 € |

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and several initials on the right.



8.18) - Demonstração consolidada dos resultados extraordinários:

| Código das contas | Custos e Perdas                             | Exercícios     |                | Código das Contas | Proveitos e Ganhos                          | Exercícios     |                |
|-------------------|---------------------------------------------|----------------|----------------|-------------------|---------------------------------------------|----------------|----------------|
|                   |                                             | 2017           | 2016           |                   |                                             | 2017           | 2016           |
| 691               | Transferências de Capital Concedidas        | 1 935 040,06 € | 1 111 284,48 € | 791               | Restituição de Impostos                     | - €            | 300,93 €       |
| 692               | Dívidas Incobráveis                         | 24 450,91 €    | - €            | 792               | Recuperação de Dívidas                      | - €            | 1 803,06 €     |
| 693               | Perdas em Existências                       | 151 539,78 €   | 21 021,21 €    | 793               | Ganhos em Existências                       | 103 620,49 €   | 507 924,32 €   |
| 694               | Perdas em Imobilizações                     | 943 827,44 €   | 4 365 108,71 € | 794               | Ganhos em Imobilizações                     | 115 150,75 €   | 701 351,81 €   |
| 695               | Multas e Penalidades                        | 24 559,46 €    | 15 443,86 €    | 795               | Benefícios de Penalidades Contratuais       | 108 512,47 €   | 554 409,05 €   |
| 696               | Aumento de Amortizações e de Provisões      | - €            | 8 990,17 €     | 796               | Reduções de Amortizações e de Provisões     | 443 992,45 €   | 134 756,51 €   |
| 697               | Correções Relativas a Exercícios Anteriores | 249 045,02 €   | 623 737,34 €   | 797               | Correções relativas a Exercícios Anteriores | 152 308,73 €   | 2 703 810,79 € |
| 698               | Outros Custos e Perdas Extraordinários      | 283 467,47 €   | 99 666,92 €    | 798               | Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários   | 3 361 992,14 € | 1 570 329,72 € |
|                   | Resultados Extraordinários                  | 673 646,89 €   | -70 566,50 €   |                   |                                             |                |                |
|                   |                                             | 4 285 577,03 € | 6 174 686,19 € |                   |                                             | 4 285 577,03 € | 6 174 686,19 € |

O saldo da conta 797 – correções relativas a exercícios anteriores – não é comparável com o exercício anterior por força do ajustamento efetuado ao nível da matriz de conversão do normativo contabilístico SNC – POCAL.



**8.19) - Desdobramento das contas de provisões e movimentos do exercício:**

| Código das Contas |                                           | Saldo Inicial | Aumento       | Redução    | Saldo Final   |
|-------------------|-------------------------------------------|---------------|---------------|------------|---------------|
| 19                | Provisões para aplicações de tesouraria   | 0,00          | 0,00          | 0,00       | 0,00          |
| 291               | Provisões para cobranças duvidosas        | 4 390 621,46  | 1 755 340,83  | 175 915,63 | 5 970 046,66  |
| 292               | Provisões para riscos e encargos          | 1 663 233,28  | 10 841 310,64 | 323 699,07 | 12 180 844,85 |
| 39                | Provisões para depreciação de existências | 0,00          | 0,00          | 0,00       | 0,00          |
| 49                | Provisões para investimentos financeiros  | 0,00          | 0,00          | 0,00       | 0,00          |

**8.20) - Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos:**

|              | Designação dos Bens                                  | Valor Aquisição       | Amortização Capital   | Valor em Dívida     |
|--------------|------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|
| Agere        | Contrato nº CP DCI (Contadores/Emissores)            | 1 648 800,00 €        | 1 648 800,00 €        | 0,00 €              |
|              | Contrato nº 200060 - 6 viaturas p/recolha            | 1 073 277,72 €        | 969 474,64 €          | 103 803,08 €        |
|              | Contrato nº 201040 (18-NL-02)                        | 22 299,90 €           | 21 859,31 €           | 440,59 €            |
|              | Contrato nº 202403 (74-NS-29)                        | 107 625,00 €          | 96 001,54 €           | 11 623,46 €         |
|              | Contrato nº 203238 (23-OC-05)                        | 72 995,58 €           | 60 074,86 €           | 12 920,72 €         |
|              | Contrato nº 203303 (01-NO-82)                        | 125 938,33 €          | 103 684,81 €          | 22 253,52 €         |
|              | Contrato nº 203469 (Enermeter - contadores e outros) | 564 324,00 €          | 455 103,55 €          | 109 220,45 €        |
|              | Contrato nº 2057976 (35-LM-05)                       | 191 572,50 €          | 191 572,50 €          | 0,00 €              |
|              | Contrato nº 2059413 (10 viaturas)                    | 207 010,23 €          | 207 010,23 €          | 0,00 €              |
|              | Contrato nº 58 100 (49-LV-88)                        | 45 799,05 €           | 45 799,05 €           | 0,00 €              |
|              | Contrato 30037144 (68-LV-30)                         | 22 000,00 €           | 22 000,00 €           | 0,00 €              |
|              | Contrato 30037142 (68-LV-32)                         | 22 000,00 €           | 22 000,00 €           | 0,00 €              |
|              | Contrato 30037141 (05-MC-15)                         | 26 937,00 €           | 26 937,00 €           | 0,00 €              |
|              | Contrato nº 038.44.000080-0 (82-ND-74)               | 22 140,00 €           | 22 140,00 €           | 0,00 €              |
|              | Contrato nº 639/03/2014 (contadores)                 | 564 324,00 €          | 417 902,42 €          | 146 421,58 €        |
|              | Contrato nº 540-0746299 (56-OL-09)                   | 168 530,10 €          | 124 674,11 €          | 43 855,99 €         |
|              | Contrato nº 540-0746334 (56-OL-11)                   | 127 853,99 €          | 94 582,92 €           | 33 271,07 €         |
|              | Contrato nº 540-0746335 (04-OM-71)                   | 240 792,59 €          | 178 131,92 €          | 62 660,67 €         |
|              | Contrato nº 540-0746336 (61-OL-25)                   | 79 500,00 €           | 58 811,98 €           | 20 688,02 €         |
|              | Contrato nº 540-0746337 (61-OL-27)                   | 44 649,98 €           | 33 030,80 €           | 11 619,18 €         |
|              | Contrato nº 540-0746338 (61-OL-26)                   | 46 650,00 €           | 34 510,53 €           | 12 139,47 €         |
|              | Contrato nº 10026771 (5)                             | 141 219,25 €          | 71 314,28 €           | 69 904,97 €         |
| Tha          | Equipamento de Som                                   | 525 547,40 €          | 525 547,40 €          | 0,00 €              |
| Braga        | Contrato nº 10084598-Computadores                    | 12 114,95 €           | 8 823,92 €            | 3 291,03 €          |
|              | Contrato nº 10084599-Servidor HP Proliant            | 7 859,50 €            | 5 720,15 €            | 2 139,35 €          |
| TUB          | Autocarros (93-EO-56,57,58,59)                       | 550 851,40 €          | 550 686,20 €          | 165,20 €            |
|              | Autocarros (93-EO-60)                                | 137 712,85 €          | 81 879,25 €           | 55 833,60 €         |
|              | Autocarros (08-FT-99; 09-FT-00;01;02;03)             | 688 513,15 €          | 688 513,15 €          | 0,00 €              |
| <b>Total</b> |                                                      | <b>7 488 838,47 €</b> | <b>6 766 586,52 €</b> | <b>722 251,95 €</b> |

**8.21) - Valor global das dívidas que se encontram tituladas por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas:**

Não aplicável.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

f. Q. 7  
A  
Thom  
L  
K  
P  
J

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Braga** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 645 214 600 euros e um total de fundos próprios de 449 849 518 euros, incluindo um resultado líquido de 2 882 465 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Braga** em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

#### Bases para a opinião com reservas

1. Conforme referido na certificação legal das contas do exercício anterior, permanecem as limitações quanto à obtenção de documentação de suporte suficiente e apropriada para avaliar a razoabilidade do montante aproximado de 20 518 000 Euros, registado nas rubricas de Imobilizações em curso, bem como aferir da respetiva plenitude.
2. Apesar das melhorias identificadas no exercício, decorrentes da implementação do novo ERP contabilístico, ainda não nos foi possível obter prova de auditoria suficiente e apropriada para aferir da integralidade e possibilidade de realização dos proveitos provenientes de taxas e impostos indiretos cobrados, bem como dos serviços específicos

1  
A



prestados pelas autarquias, e correlativa necessidade de ajustamentos em resultados do exercício e transitados.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

### Ênfase

Tal como se tem vindo a verificar nos exercícios anteriores, não foram reconhecidas as Indemnizações Compensatórias que o Município se propunha a transferir para a sua participada AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M., uma vez que o Tribunal de Contas ainda não emitiu o competente e necessário visto relativamente aos exercícios de 2013 a 2017.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

### Responsabilidades do órgão executivo pelas demonstrações financeiras

O órgão executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo, de acordo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL);
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.





## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão executivo;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão executivo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

BRAGA, 20 de junho de 2018.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.

(SROC 153, CMVM 20161463)

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279, CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, CMVM 20160219)



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

## **RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO**

### **CONTAS CONSOLIDADAS - EXERCÍCIO DE 2017**

Na qualidade de auditores externos nomeados nos termos do artº.77º, nº.2, da Lei nº. 73/2013, incumbem-nos emitir parecer sobre as **Contas Consolidadas do Município de Braga** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o que vimos fazer nos termos seguintes:

#### **1. Em termos de enquadramento, devemos referir que:**

- a) as contas sobre que nos pronunciamos são as contas consolidadas;
- b) o desenvolvimento dos nossos trabalhos contou com a colaboração, por parte do Município, dos intervenientes e responsáveis aos diversos níveis, e que implementaram durante o exercício algumas das medidas por nós formalmente sugeridas anteriormente.

#### **2. No quadro das normas aplicáveis, considerando especialmente o disposto nos artº.s 76º. e 77º. Da Lei nº.73/2013, de 3 de Setembro, procedemos,**

- a) à verificação da regularidade dos livros, registos e respectivos suportes documentais;
- b) à verificação dos valores patrimoniais do Município e demais entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- c) à análise dos procedimentos de controlo interno (contabilístico e administrativo) instituídos e à respetiva efetividade de aplicação;
- d) à análise das Demonstrações Financeiras Consolidadas, dos princípios contabilísticos subjacentes à sua elaboração, bem como do Relatório de Gestão Consolidado;

#### **3. Os procedimentos seguidos permitem-nos expressar as observações seguintes:**

- a) a Contabilidade, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão Consolidados satisfazem as disposições legais e reflectem a actividade e a situação patrimonial e financeira do Município no exercício em causa, nos termos da opinião que nesta data expressamos na certificação legal das contas consolidadas;
- b) não detetamos factos que entendamos dever comunicar nos termos da alínea b) do n.º2 do art.º 77º. da Lei 73/2013;

*[Handwritten signature]*



- c) o Município cumpriu o estipulado no art.º 17.º da Lei 53/2014, reconhecendo no ativo e passivo a sua contribuição para o capital do FAM (Fundo de Apoio Municipal), divulgando todavia, as alterações introduzidas pela Lei do Orçamento de Estado para 2018, que determina para o próximo quadriénio uma redução progressiva das contribuições de 25% em 2018, 50% em 2019 e 75% em 2020, cessando por completo em 2021 (art.º 303.º). Esta situação será objeto de reconhecimento contabilístico (redução do ativo e passivo) no referido horizonte temporal;
- d) Não obstante a melhoria verificada ao nível dos procedimentos de controlo, reiteramos que deverá prosseguir-se na melhoria dos mesmos.

**4. Tudo ponderado e como conclusão, somos de parecer que:**

- a) As contas consolidadas do Município e o respetivo Relatório de Gestão consolidado, que devem ser vistas à luz dos esclarecimentos incluídos no próprio Relatório, bem como dos aspetos mencionados na Certificação Legal das Contas e nas notas anteriores, merecem uma apreciação positiva.

Devemos ainda salientar o espírito de colaboração com que pudemos contar por parte da Câmara Municipal e de todos os responsáveis pelo processo de consolidação, aos diversos níveis, em relação ao qual expressamos o nosso agradecimento.

Braga, 20 de junho de 2018

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.  
(SROC 153, CMVM 20161463)

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279, CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, CMVM 20160219)